



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 44

SEXTA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1987

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 47ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1987

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/32/87, da Prefeitura Municipal de Itatiba, Estado de São Paulo, solicitando a retificação da Resolução nº 74, de 1987.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 94/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.102,52 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 94/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 95/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Senador Rui Palmeira, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.878,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 95/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 96/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.559,12 OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 96/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 97/87, que autoriza o Governo de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 1.205.683.727,82 (um bilhão, duzentos e cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e sete cruzados e oitenta e dois centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Requerimento nº 84/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando, nos termos regimentais, através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações do Governador do Distrito Federal com relação às suas viagens a outros Estados e ao exterior. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 19/87, alterando dispositivos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte. **Discussão encerrada**, após parecer proferido pelo Senador Mauro Benevides, tendo usado da palavra o Senador Afonso Camargo, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

— Ofício nº S/24/87, relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 49/87, que autorizou a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados). **En-**

**cerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 98/87, oferecido pelo Senador Ronan Tito em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na próxima sessão.

— Ofício nº S/25/87 (nº 172/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 168/86, que autorizou a Prefeitura Municipal de Piedade, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 15.960.000,00 (quinze milhões, novecentos e sessenta mil cruzados). **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 99/87, oferecido pelo Senador Afonso Camargo em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

— Ofício nº S/26/87 (nº 161/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 57/87, que autorizou a Prefeitura Municipal de Capanema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados). **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 100/87, oferecido pelo Senador Leite Chaves em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na próxima sessão.

#### 1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Plano de Consistência Macroeconômica aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÓRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Administrativo  
**JOSECLER GOMES MOREIRA**  
Diretor Industrial  
**LINDOMAR PEREIRA DA SILVA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral .....	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem .....	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre) .....	330,00
<b>TOTAL</b> .....	
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

*SENADOR MAURO BENEVIDES* — Homenagem póstuma a Sr<sup>a</sup> Ruth Passarinho.

**1.3.2 — Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se segunda-feira, dia 10, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

**1.4 — ENCERRAMENTO**

**2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Sr. Virgílio Távora, proferido na sessão de 3-8-87

**3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

— Nº 182 a 184/87

**4 — MESA DIRETORA**

**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

**6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES**

## Ata da 47ª Sessão, em 6 de agosto de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

*Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Dirceu Carneiro*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Almir Gabriel — João, Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — La Voisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Mauricio Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa —

Ivan Bonato — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.  
Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu, do Prefeito de Itatiba, Estado de São Paulo, o Ofício nº S/32, de 1987 (nº 652/87, na origem), solicitado a retificação da Resolução nº 74, de 1987, que autorizou aquele Município a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 21.280.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta mil cruzados).

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o relator da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacerlar. (Pausa.)  
S. Ex<sup>a</sup> não se encontra em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Passa-se à

### ORDEM DO DIA

**Item 1**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.102,52 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 7º da Resolução nº 54, de 1987. Passa-se à votação do projeto, em turno único. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador Afonso Camargo, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

**Redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1987.**

O relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Junqueirópolis (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.102,52 OTN.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1987.

— **Afonso Camargo** Relator.

**Redação Final do Projeto de Resolução nº 94, de 1987.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº \_\_\_\_\_, de 1987

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.102,52 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.102,52 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada a obras de infra-estrutura urbana, no município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — **Item 2**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 95 de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Senador Rui Palmeira, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 3.878,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 7º da Resolução nº 54, de 1987.

Passa-se à votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator João Menezes, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

**Redação final do Projeto de Resolução nº 95, de 1987**

O relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 95, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rui Palmeira (AL) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.878,66 OTN.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1987. — **João Menezes** Relator.

**Redação final do Projeto de Resolução nº 95, de 1987.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO  
Nº \_\_\_\_\_, de 1987

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Senador Rui Palmeira, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 3.878,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Senador Rui Palmeira, Estado de Alagoas, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 3.878,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à aquisição de equipamentos para coleta e tratamento de lixo, no município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — **Item 3:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 96, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.559,12 OTN, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 7º da Resolução nº 54, de 1987.

Passa-se à votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador José Fogaça, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

**Redação final do Projeto de Resolução nº 96, de 1987.**

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 96, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paulista (PE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.559,12 OTN.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1987. — **José Fogaça**, Relator.

**Redação final do Projeto de Resolução nº 96, de 1987.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº \_\_\_\_\_, de 1987

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.559,12 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 2º da Resolução 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.559,12 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação e reforma de Escolas de 1º Grau, no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — **Item 4:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 97, de 1987, que autoriza o governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 1.205.683.727,82 (um bilhão, du-

zentos e cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e sete cruzados e oitenta e dois centavos).

**PARECER ORAL FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 7º da Resolução nº 54, de 1987.

Passa-se à votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O Sr. Alexandre Costa** — Sr. Presidente peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — O projeto já foi aprovado.

**O Sr. Alexandre Costa** — Pedi a palavra a V. Exª, antes de V. Exª anunciar, o resultado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Coincidiu o pedido da palavra com o anúncio do resultado da votação. V. Exª poderá fazer declaração de voto.

**O SR. ALEXANDRE COSTA** (PFL — MA. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Daqui a pouco, estaremos aprovando, aqui, projeto apenas com a Mesa Diretora; não temos, na Casa, nem o número suficiente para abrir a sessão e estamos votando uma Ordem do Dia, numa corrida e num agodamento, como se isso aí fosse assunto da maior urgência e da maior necessidade. De maneira que peço verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Pois não. Farei a verificação requerida por V. Exª. Antes, a Mesa deve esclarecer ao Plenário, diante das colocações de V. Exª, que, quando abriu a presente sessão, havia na Casa mais de 11 Srs. Senadores.

**O SR. ALEXANDRE COSTA** — Mas 11 Srs. Senadores não aprovam nada na Casa, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — V. Exª disse que foi aberta a sessão sem os 11 Srs. Senadores.

**O SR. ALEXANDRE COSTA** — Sim, mas está sendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Pediria que V. Exª não dialogasse com a Mesa. Então, a Mesa abriu a sessão com mais de 11 Srs. Senadores.

**O SR. ALEXANDRE COSTA** — Não, eu quero respeitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Agora, há na Casa, presentes, 39 Srs. Senadores, portanto, número necessário para aprovação da matéria. Agora, a votação, como sabe V. Exª, pelo Regimento, é simbólica, através das Lideranças. Então, presume-se a presença de 39 Srs. Senadores, de acordo com o Regimento.

**O SR. ALEXANDRE COSTA** — Não, absolutamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Foi votada a matéria, simbolicamente. V. Exª pede

verificação, a Mesa vai fazer a verificação, tudo rigorosamente dentro do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. ALEXANDRE COSTA** — Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — A Mesa vai suspender a sessão por 10 minutos, fazem acionar as campainhas para a chamada dos Srs. Senadores ao plenário.

**O SR. ALEXANDRE COSTA** — Muito bem!

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 10 horas e 50 minutos e reaberta às 10 horas e 54 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, a votação da matéria fica adiada.

A votação do item 5, Requerimento nº 84, de 1987, também fica adiada.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — **Item 6:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1987, de autoria do Senador Affonso Camargo, alterando dispositivos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale-transporte. (Dependendo de parecer.)

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, por solicitação das Lideranças, nos termos do disposto no art. 11, parágrafo único da Resolução nº 1, de 1987, com a redação dada pela Resolução nº 54, de 1987.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador Mauro Benevides para proferir o parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1987.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O projeto em exame, de autoria do eminente Senador Affonso Camargo, alterando o **caput** do artigo 1º e o parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 7.418/85, além de revogar o § 2º do artigo 1º e o **caput** do artigo 2º do referido diploma legal, objetiva redimensionar o instituto de Direito do Trabalho denominado "vale-transporte", tornando-o obrigatório e dando-lhe roupagem de ajuda de custo, sem incorporação ao salário.

A proposição vem justificada na real e constante elevação das tarifas de transportes urbanos, em contraste com a defasagem salarial dos usuários, fruto da política econômica, imposta em razão da crise que assola o País. Como bem acentua o seu ilustre autor, os maiores beneficiados serão os usuários de baixa renda, ou seja, os trabalhadores que se situam na faixa de 1 a 3 salários mínimos, sacrificados, hoje, como o dispêndio de mais de 20% de sua renda mensal, somente com o deslocamento para o trabalho.

Enfatizou, ainda, o preclaro Senador Affonso Camargo que, por razões de justiça social, o projeto alberga uma redução de 6% para 3% no percentual do salário-base que definirá o limite de gasto do trabalhador com seu transporte residência-trabalho.

E, finaliza:

— "Tal situação de extrema gravidade não pode esperar por soluções de médio ou lon-

go prazos, como a recomposição do salário mínimo ou a estabilização da economia. Impõe-se, assim, uma solução imediata para esse drama que diz respeito a milhões de trabalhadores que, diariamente, são obrigados a utilizar os serviços públicos de transportes coletivos para ter acesso ao emprego."

Essas razões são por si suficientes para justificar a aprovação do projeto de lei em epígrafe, vazado em perfeita técnica legislativa e acorde às normas do Direito Positivo pátrio.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Passa-se à discussão do projeto, em primeiro turno.

**O Sr. Affonso Camargo** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo, para discutir a matéria.

**O SR. AFFONSO CAMARGO** (PMDB — PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O vale-transporte foi instituído em fins de 1985, depois de um longo e detalhado estudo que fizemos no Ministério dos Transportes, responsável, na época, pelos transportes urbanos, para resolver o problema, diria até dramático, dos trabalhadores de baixa renda, principalmente nas grandes cidades, que, naquela época tiravam de seus salários, às vezes, até 30% para as despesas com o transporte urbano.

Na ocasião, encontramos vários estudos na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos para resolver esse problema, como subsídio para combustível e outras formas de minorar a despesa do trabalhador. Mas, chegamos à conclusão de que a única solução que resolveria de forma definitiva esse drama do trabalhador pobre das grandes cidades seria a implantação do vale-transporte como ajuda de custo obrigatória a ser concedida pelas empresas ao seu trabalhador, ao seu empregado, acima de um percentual, naquela ocasião, definido de 6%.

Recebemos a bem da verdade, a bem da justiça — declaro isto — do Senhor Presidente da República simpatia pela nossa proposta. Mas, durante as discussões em nível interministerial, não encontramos de outros ministros apoio à instituição do vale-transporte obrigatório. Sentimos que o único meio de aprová-lo e para nós aquilo era a primeira etapa — seria colocá-lo de maneira facultativa. Era a única forma, na ocasião. Propusemos o vale-transporte obrigatório e, depois de uma reunião interministerial, com a presença dos Ministros da Fazenda, da Secretaria do Planejamento e do Trabalho, conseguimos aprovação em nível governamental, como instrumento facultativo.

Naquela ocasião, afirmei várias vezes, inclusive em caráter público, que era uma experiência que seria feita, com o vale-transporte facultativo, mas que, evidentemente, na medida em que ele não fosse eficaz, não teríamos outra alternativa senão implantá-lo de forma obrigatória porque, na verdade, o transporte urbano vive em um círculo vicioso: a tarifa dos ônibus e dos trens de subúrbio

está sempre sendo pressionado para baixo, porque o trabalhador de baixa renda não tem condições de pagar uma tarifa real. E vemos com isto, permanentemente, os problemas se agravando, sem falarmos na excelência e nos bons serviços das frotas de ônibus e dos trens de subúrbio, mas basicamente das frotas de ônibus que não têm sido modernizadas e renovadas de acordo com a boa técnica.

Todas as frotas de ônibus existentes, hoje, no País estão com a sua idade útil já ultrapassada. E a única forma de se resolver o problema seria, efetivamente, a implantação do vale-transporte obrigatório, pois é a sociedade quem vai acabar transferindo renda, por meio dessa ajuda de custo, ao trabalhador pobre e irá controlar, naturalmente, cada vez mais, as tarifas dos transportes coletivos que deverão ser justas.

Como o vale-transporte de forma facultativa acabou não atendendo àqueles que mais precisavam dele, que são os trabalhadores de baixa renda, os menos organizados e que têm os sindicatos menos fortes para fazer pressão, a realidade de hoje é que, quem mais precisa é para o qual foi feito o vale-transporte, que é o trabalhador mais pobre, aquele que ganha até três salários mínimos, esse trabalhador não vem recebendo o vale-transporte.

Sr. Presidente, vemos uma contradição: as grandes indústrias, hoje, dão o transporte coletivo para os seus empregados, de maneira absolutamente gratuita, e aqueles trabalhadores de menor renda são os mais onerados pelo transporte urbano.

A intenção do nosso projeto, que já apresentamos no primeiro semestre, é corrigir essa distorção que ainda existe, no momento em que o próprio Poder Executivo anuncia que está pensando em modificar esse instituto e também transformá-lo em obrigatório.

Não vemos por que o Poder Legislativo não demonstre também o seu interesse pelo problema. No meu caso pessoal, é uma obrigação, é um dever e um compromisso que tenho, desde que fui Ministro dos Transportes. Por isso que, em junho deste ano, propus essa modificação.

O objetivo é fazer com que o vale-transporte se torne obrigatório e ainda proponho que se diminua o percentual, que vai onerar o trabalhador, de 6% para 3%. Quando fixamos 6% foi trabalhando em cima de um número que havia nos estudos do salário mínimo, mas era o número máximo. E 3% é o número médio, achamos que é o mais justo para o trabalhador.

Esta é a nossa proposta, esperando que o Senado, o quanto antes, possa aprovar este projeto. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Affonso Camargo, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro). — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria proceder-se-á na sessão seguinte, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro). — Item 7:

Ofício nº S/24, de 1987, relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 49, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados). (Dependendo de parecer.)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro). — Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1/87, designo o nobre Senador Ronan Tito para proferir o parecer sobre o ofício em questão.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB — MG. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o Ofício "S" 24, de 1987, o Sr. Prefeito Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA), solicita a re-ratificação da Resolução nº 255, de 22 de setembro de 1986, que autorizou aquela Prefeitura a contratar a operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 10.304.500,00 (dez milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzados), sem a necessária correspondência em OTN.

Trata-se, portanto, de um simples suprimento legislativo que permitirá ao pleiteante controlar a referida operação de crédito sem o ônus da desvalorização da moeda, a fim de que o projeto a ser financiado continue técnica e financeiramente viável.

No mérito, a matéria já recebeu o **referendum** da Casa, quando da sua apreciação original, tendo em vista o seu largo alcance sócio-econômico para aquela municipalidade.

Assim sendo, nos termos da Resolução nº 1, de 1987, acolhemos o pedido, visto ser jurídico e constitucional, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98, de 1987

**Re-ratifica a Resolução nº 49 de 1986.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º, da Resolução nº 49, de 22 de maio de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 (oitenta mil) OTN, junto à Caixa Econômica Federal, destinada a execução de obras de infraestrutura na sede do Município."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Somos pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro). — Passa-se à discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria proceder-se-á na sessão seguinte, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro). — Item 8:

Ofício nº S/25, de 1987 (nº 172/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 168, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Piedade, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 15.960.000,00 (quinze milhões, novecentos e sessenta mil cruzados). (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1/87, designo o Senador Affonso Camargo para proferir o parecer do Ofício S/24, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

**O SR. AFFONSO CAMARGO** (PMDB — PR. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o Ofício "S" 25, de 1987, o Sr. Prefeito Municipal de Piedade (SP) solicita a re-ratificação da Resolução nº 168, de 20 de agosto de 1987, que autorizou aquela Prefeitura a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 15.960.000,00 (quinze milhões, novecentos e sessenta mil cruzados), sem a necessária correspondência em OTN.

Trata-se, portanto, de um simples suprimento legislativo que permitirá ao pleiteante contratar a referida operação de crédito sem o ônus da desvalorização da moeda, a fim de que o projeto a ser financiado continue técnica e financeiramente viável.

No mérito, a matéria já recebeu o **referendum** da Casa, quando da sua apreciação original, tendo em vista o seu largo alcance sócio-econômico para aquela municipalidade.

Assim sendo, nos termos da Resolução nº 1, de 1987, acolhemos o pedido, visto ser jurídico e constitucional, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99, de 1987

**Re-ratifica Resolução nº 168, de 1986.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 168, de 20 de agosto de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Piedade (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000 (cento e cinquenta mil) OTN, junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A, destinada a execução de obras do Projeto Cura, naquele município."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro). — Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria proceder-se-á na sessão seguinte, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Item 9:

Ofício nº S/26, de 1987 (nº 161/87, na origem), relativa à proposta para que seja reafirmada a Resolução nº 57, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Capanema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados). (Dependendo de parecer.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, para proferir o parecer.

**O SR. LEITE CHAVES** (PMDB — PR. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o Ofício "S" 26, de 1987, o Sr. Prefeito Municipal de Capanema (PR), solicita a rerratificação da Resolução nº 57, de 24 de junho de 1987, que autorizou aquela prefeitura a contratar a operação de crédito no valor correspondente a 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados), sem a necessária correspondência em OTN.

Trata-se, portanto, de um simples suprimento legislativo que permitirá ao pleiteante controlar a referida operação de crédito sem o ônus da desvalorização da moeda, a fim de que o projeto a ser financiado continue técnica e financeiramente viável.

No mérito, a matéria já recebeu o **referendum** da Casa, quando da sua apreciação original, tendo em vista o seu largo alcance sócio-econômico para aquela municipalidade.

Assim sendo, nos termos da Resolução nº 1, de 1987, acolhemos o pedido, visto ser jurídico e constitucional, nos termos do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
**Nº 100, de 1987**

**Rerratifica a Resolução nº 57, de 1987.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º, da Resolução nº 57, de 24 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Capanema (PR), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.000 (quarenta mil) OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esse na qualidade de agente financeiro da operação, destinada a execução de obras de infraestrutura urbana compreendendo: pavimentação asfáltica, aquisição de terrenos, recuperação de microsistema de água potável e equipamento comunitário de saúde do município."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria proceder-se-á na sessão seguinte, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho acompanhado desta tribuna, com atenção e preocupação, a evolução da política econômica do Governo. Há poucos dias me detive sobre as características e projeções do Plano Bresser, destacando seu caráter ortodoxo: recessivo e anti-social. Junto, em anexo, a propósito, uma resenha sobre a evolução da recessão desde 18 de março até o dia 10 deste mês. Detenho-me, agora, sobre o Plano de Consistência Macroeconômica que acaba de ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Antes, porém, gostaria de destacar o Editorial da Carta de Conjuntura do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, relativo ao mês de julho de que se dedica à análise do Plano Bresser e que confirma minhas apreensões sobre seu alcance e eficácia.

"A pretensão da atual política econômica parece ser a de desenhar um cenário de obediência às regras básicas de administração cotidiana de uma economia capitalista. Ela não procura empregar a política econômica, visando promover profundas mudanças na distribuição da renda e da riqueza, ao contrário, procura conduzir a economia brasileira a uma trajetória caracterizada por grandes saldos comerciais, baixo desemprego e inflação moderada."

A estratégia para atingir esses objetivos baseia-se na seguinte proposta de consistência macroeconômica: os saldos comerciais, necessários para a superação do impasse na negociação externa, seriam alcançados mediante a expansão das exportações, através de uma política cambial ativa; a manutenção do crescimento seria viabilizada pela elevação das exportações e das taxas de investimento, esta última via, redução dos atuais níveis de incerteza, que até agora têm inibido as decisões de investimento privado e diminuição gradual das taxas de juros; ao lado do financiamento do investimento, a estratégia inclui a recuperação da poupança em conta-corrente do Governo, pela elevação da carga tributária líquida e contenção de outros gastos correntes; por sua vez, a sanção da queda do salário real e o congelamento temporário de preços procuram viabilizar a redução da inflação; enfim, para não repetir os erros do Cruzado I, o controle de eventuais pressões excessivas da demanda agregada é exercido por meio da manutenção de níveis positivos, ainda que declinantes, da taxa real de juros e da redução do déficit público.

A questão que se coloca é se essa estratégia conduzirá à superação da crise atual e criará as condições para a retomada do crescimento de médio e longo prazo, sem desemprego e com a estabilidade dos preços.

O resultado de junho para a balança comercial (superávit de US\$ 1.387 bilhão), assim como as projeções para os próximos meses, são animadores, no sentido do atingi-

mento da meta anual de US\$ 8,6 bilhões de saldo comercial.

As estimativas da inflação de julho são também favoráveis, podendo-se ainda prever taxas reduzidas para os demais meses do congelamento. Entretanto, os indicadores dos níveis de atividade e emprego permanecem indefinidos. A propósito, o Governo já vem adotando medidas, visando ao aquecimento setorial das vendas, como a eliminação do empréstimo compulsório sobre veículos, a mudança na regulamentação dos consórcios, a redução da carga tributária de alguns produtos e a ampliação de prazos de financiamento, deverão, muito provavelmente, serem implementadas. Por sua vez, a construção civil, que gera importantes efeitos sobre o nível de emprego, ainda não apresenta uma tendência nítida, embora o mercado imobiliário comece a dar sinais de recuperação.

Todavia, o ponto crítico continua sendo as condições do congelamento. Pressões cambiais e de juros, como também o elevado coeficiente de variação dos preços que se manifestava antes do congelamento, indicando um processo incompleto de recomposição das margens brutas de lucros dos setores oligopolistas, deverão conduzir a taxas de inflação superiores às anteriores. Ocorre que o Plano Bresser não tem mecanismos para absolver taxas pós-congelamento ascendentes e próximas de 10%, uma vez que não haveriam condições sociais e políticas para que as regras de recomposição salarial desse Plano se mantivessem.

Por último, deve ser ressaltado que acima da consistência interna do Plano situa-se a questão de sua viabilidade política. Como não tem o respaldo político incondicional do partido do Governo (vide documento crítico apresentado na convenção do PMDB) e do grupo palaciano, dificilmente a equipe econômica conseguirá opor-se às demandas dos diversos setores da sociedade, principalmente diante das tendências clientelistas dominantes em importantes núcleos do poder. Some-se a isso a capacidade de reação do movimento sindical contra a atual política salarial. Desse modo, o Plano Bresser pode naufragar antes do tempo, no meio da crise de legitimidade política pela qual passa o País."

Quanto ao conjunto de medidas do Plano de Consistência Macroeconômica, o que se nota é que todas elas reiteram as concepções da maioria inaugurada no Plano de Estabilização de junho, apertado sobre os fatores determinantes do nível de demanda agregada, sobretudo gastos do Governo. Uma ampla discussão abrir-se-á no País sobre a coerência interna do Plano de Consistência, isto é, sobre o acerto das contas e projeções aí contidas. Voltarei, oportunamente, a este ponto, mas gostaria de chamar, neste momento, a atenção sobre a questão do déficit público e os cortes de despesa.

Resalto, a propósito, que sempre concordo com medidas que venham a colir o excesso de gastos governamentais que aprofundam o déficit além dos limites toleráveis à sua função reguladora do nível da atividade econômica. Mas, insisto que o controle do déficit no Brasil tem, dur-

origens básicas: o elevado gasto tributário do Governo com isenção e subsídios que deprimem a receita líquida, e o elevado ônus da dívida da União e Estados. Curiosamente, desconhecemos os reais montantes destas contas, pois não são inscritas na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional. Temos uma vaga idéia de que as amortizações e encargos financeiros da dívida pública federal constituem 22% da despesa global do Governo, o que, aliás, é pouco superior a todos os gastos com o funcionalismo ativo e inativo e três vezes o volume de investimentos diretos do Governo.

Transcrevo, a propósito, o excelente artigo do economista Eurico Korff, publicado na **Folha de S. Paulo** desta semana e que confirma minhas convicções:

#### "AS PERSPECTIVAS EM TORNO DO DÉFICIT PÚBLICO

Segundo enquête publicada pela **Folha** "a grande maioria da população brasileira... não acredita que o governo cumpra a promessa de cortar seus gastos".

A redução do déficit público, ou com maior ênfase, o corte da despesa, é "cobrança" feita intensamente ao poder público. Para muitos, é a pedra de toque de qualquer plano de estabilização monetária. Até nas discussões intermitentes em torno de um "pacto social", a contenção da despesa pública tem sido alinhada como condição indispensável para justificar a contenção simultânea, por consenso, de preços e salários.

Com a ascensão de uma nova equipe econômica e a recente introdução do seu esquema de estabilização monetária, surgem novamente indagações sobre o tratamento a ser dado ao déficit público.

Sucedo, porém, que em termos de utilização dos instrumentos fiscais não é grande o espaço que deixa a herança recebida, na qual se insere o próprio orçamento fiscal em execução.

Para alguns comentaristas, o orçamento fiscal deste ano até já teria deixado de existir, dada a direção que a nossa economia acabou tomando.

Entre as restrições que se fazem no orçamento vigente, a principal é a sua previsão de inflação "zero". A pretendida transparência ou abrangência foi melhorada com a incorporação de despesas habitualmente incluídas no orçamento monetário, mas acabou prejudicada pela exclusão da receita provável do empréstimo compulsório (FND), que pode chegar acerca de 30% da receita corrente. Ficou também fora a maciça elevação do IPI, já adotada após a aprovação do orçamento. Outrossim, a previsão orçamentária das transparências para as empresas estatais foi julgada irrealista, sendo uma conclusão a respeito dificultada, como sempre, pela apresentação muito posterior do orçamento SEST. Finalmente, numa visão global do déficit e da necessidade de financiamento do setor público, deveria ainda ser integrado o déficit real dos Estados, não orçado, mas representado pelos adiantamentos a descoberto dos bancos estaduais.

Entretanto, não seria a previsão da inflação "zero" motivo para desclassificar o orçamento vigente como elevamento de análise. Como sempre, os dois lados do orçamento tendem a se ajustar à realidade — o lado da despesa, tanto de consumo, como de investimento, sob o impacto dos preços; e o lado da receita, por força da sua própria natureza, baseada em fontes tributárias de razoável elasticidade-renda (além de reforçada pela citada arrecadação complementar surgida fora ou após a aprovação do orçamento).

Se o aspecto quantitativo do orçamento pode ser recuperado mediante os esperados ajustes, os seus aspectos qualitativos, isto é, a sua composição, são especialmente significativos quanto ao rumo tomado pela nossa despesa pública e os seus possíveis cortes, tão reclamados.

É bem ilustrativo, neste sentido, decompor a despesa orçada para 1987 nos seus principais itens (ver tabela).

Esta despesa total da ordem de Cz\$ 556 bilhões, sempre em termos do 2º semestre de 1986, teve como contrapartida, no orçamento, uma receita corrente de Cz\$ 412 bilhões, gerando um déficit (ou necessidade de financiamento líquido) de Cz\$ 143 bilhões. Este "descoberto" corresponderia a 35% da receita corrente ou 4% do PIB esperados. Com os recursos a mais a serem destinados a empresas estatais e a Estados e municípios e outras finalidades, tal "descoberto", conforme se admite, poderia chegar a mais de 50% da receita corrente federal (como em anos anteriores) ou a mais de 6% do PIB, o que obviamente dificulta qualquer programa de estabilização.

Qual é o espaço que fica para a nova equipe econômica enfrentar essa situação?

Quanto à receita — praticamente nenhuma flexibilidade: entre os dois principais tributos federais, as alíquotas definitivas do Imposto de Renda não poderiam ser alteradas, a não ser com antecedência, e a antecipação na fonte, nesta altura, seria pouco viável; não volta, assim, a excepcional oportunidade, perdida no ano anterior, quando um oportuno aumento de desconto na fonte teria contribuído para cobrir o déficit público, além de reduzir em boa hora uma demanda excessiva e de ajudar o contribuinte a poupar (para pagar o imposto em 1987). Por sua vez, a modificação de alíquotas do IPI ou até a introdução de um empréstimo compulsório são improváveis neste ano e parecem haver se esgotado, também com o que aconteceu no ano passado.

Só restam, então, de imediato, cortes na despesa. A apresentação do quadro acima demonstra, porém, que também aqui há pouco espaço.

A primeira observação, para muitos surpreendente, é que a despesa tão verberada com o funcionalismo é pequena em relação à despesa federal total (ao contrário do que acontece com os Estados e as grandes cidades), e a sua redução, além de difícil, seria inexpressiva. O referido quadro mostra que a despesa só com o "pessoal" (da adminis-

tração direta) não passa de 6,6%, o custeio de toda a máquina não alcança 15% e, mesmo considerados os inativos, pouco excede 20% de toda a despesa orçada.

Os investimentos diretos (obras públicas) não passam de 7,3% de toda a despesa, o que pode ser considerado um nível baixo de investimentos, inferior aos padrões habituais, dificilmente suscetível de redução.

As despesas mais volumosas (70%) se concentram em quatro itens, dos quais o maior, as amortizações e encargos financeiros (22%), constituem herança de administrações anteriores e, naturalmente, não podem ser suprimidas (sendo, quando muito, "roladas"). As transferências para Estados e Municípios obedecem a imposições constitucionais, muito ampliadas ultimamente, e requerem integral cumprimento.

Restam apenas as subvenções e as transferências para empresas estatais e fundos, que permitem alguma flexibilidade à administração fazendária, no sentido de liberar o Tesouro desses gastos ou de parte deles, mas que em conjunto não atingem sequer 30% da despesa orçada.

São, por sinal, exatamente esses pontos que começaram a ser atacados pela nova equipe, através de cortes drásticos das subvenções (principalmente ao trigo, que representa 40% delas) e pela recomposição da receita das empresas estatais (aumento do preço dos combustíveis e elevação das tarifas), para torná-las menos dependentes do Tesouro e capazes de gerar excedentes para a cobertura dos seus investimentos e amortizações.

As primeiras medidas, na direção do que é factível, já foram, portanto, tomadas e devemos esperar novas propostas sobre a sua seqüência. Dadas as notórias limitações aqui expostas, impõe-se, contudo, uma postura realista de não se esperar demais de medidas fiscais imediatas, reservando-se melhores expectativas para os orçamentos futuros, quando os dirigentes da nossa economia, segundo se espera, contarão, inclusive, com os novos instrumentos que lhe serão oferecidos por uma reforma fiscal ainda em evolução."

O Plano de Consistência Macroeconômica está, pois, a alardear o ajuste do setor público, mas sem considerar estes elementos fundamentais do processo de endividamento do setor público. O corte de despesas emerge com um caráter evocativo sem respaldo empírico e teórico verdadeiramente consistente.

Tem-se, por exemplo, a questão da proposta de conter as despesas com o pessoal. Ora, isto parece reverberação de exaltações empresariais desinformadas sobre a realidade brasileira. Aqui, o setor público sempre cumpriu um papel decisivo de formação de economias externas para a implantação dos grandes projetos privados, quando não subsidiando-os descaradamente. Recente publicação especializada do Economista Sérgio Cutolo, de Brasília, demonstra, também, que nosso serviço público não é tão grande quanto apregoam. A participação de todos os empregados na administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal, no total das pessoas ocupadas, é de aproximadamente 11%, quando



nos países industrializados ou em desenvolvimento é bem maior, como afirma este autor:

Estados Unidos .....	18,0%
Alemanha Ocidental .....	22,5%
França .....	18,5%
Inglaterra .....	29,7%
Suécia .....	38,0%
Argentina .....	22,5%
E ainda:	

"A participação dos gastos com salários, vencimentos e encargos no total das despesas consolidadas do governo federal, corrobora os dados anteriormente analisados. De acordo com a metodologia insusceptível do FMI, o Brasil compromete menos do seu orçamento com pessoal do que a maioria dos países, inclusive desenvolvidos.

leiras, muito mais além do que os exercícios do Ministro da Fazenda.

Está a exigir, enfim, a implantação do Programa do PMDB, suas resoluções, em vários encontros partidários, aliás, uma vez mais referendados na Convenção Nacional do Partido de 19 de julho, que pela importância, peça a transcrição nos Anais desta Casa. (Anexo II.)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS COM SALÁRIOS, VENCIMENTOS  
E ENCARGOS SOCIAIS NO TOTAL DAS DESPESAS  
CONSOLIDADAS DO GOVERNO FEDERAL — 1981

PAÍSES PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL NAS DESPESAS TOTAIS (EM %)	
Brasil	22,27
Chile	27,23
México	29,16
Uruguai	30,12
Espanha	31,40
Inglaterra	24,56
Alemanha	23,48
França	17,23
Estados Unidos	25,69

Fonte: FMI, Government Finance Statistics Yearbook, Vol. III, 1984."

Não há nada de errado, pois, na Administração direta e indireta do governo, a não ser o crescente empobrecimento de seus funcionários e sua submissão a uma política de recursos humanos clientelista e retrógrada, onde criam-se dificuldades para concentrar privilégios. "O atual governo tem sido pródigo no uso de medidas arbitrárias e discriminatórias, tais como a criação de tabelas para especialistas (Decreto nº 9.313/87) e a instituição, para os membros da Advocacia Consultiva da União, da gratificação de representação (Decreto-lei nº 2.333/87)". (Sérgio Cutolo — "O Servidor Público e o Plano de Consistência Macroeconômica").

Quanto às Estatais, não se pode esquecer que seus desequilíbrios têm origem no processo de endividamento externo a que foram constrangidas no passado, ao que se somam o ônus da fixação de suas tarifas e preços muito abaixo do preço de custo. As Estatais, neste sentido, negativo, são governo.

O que importa ressaltar, entretanto, é que o Plano de Consistência Macroeconômica não fundamentou uma estratégia de redução do déficit público e proclamou-a, apenas, destacando para

este ano cortes substanciais, conforme quadro abaixo, sem qualquer projeção ulterior ou simulação. Fundamentar uma estratégia de controle do déficit consistiria em situar este déficit no processo de acumulação de capital como resultado das seguintes políticas concretas: fiscal, monetária, cambial e de preços e tarifas do setor público e salarial.

Aí descobriríamos as verdadeiras razões do déficit e as formas de adequá-lo às expectativas de crescimento equilibrado. Como, por exemplo, proclamar o equilíbrio das contas sem definir e projetar os resultados na política monetária sobre a taxa de juros? Política monetária ativa e juros reais fortemente positivos num contexto de elevado endividamento só podem conduzir a maiores tensões e pressões sobre o déficit público. Política fiscal contracionista, tal como se anuncia, com cortes drásticos sobre o investimento, só pode conduzir ao aprofundamento da recessão e da crise fiscal do Estado que pretendeu corrigir. Política cambial generosa, voltada ao aumento de excedentes exportáveis fortemente subsidiados e incentivados, geradores de enormes gastos tributários, é fator, igualmente, de pressão sobre o déficit público.

Verdadeiramente, nada indica que estejamos na antevéspera do equilíbrio das contas do Governo. Estamos, sim, na véspera de uma convulsão social neste País, gerada pelo desinvestimento em setores sociais básicos, pela baixa remuneração dos salários — o salário mínimo está no seu nível mais baixo em toda sua história: 42 dólares; o salário médio na indústria, em São Paulo, em seu nível mais crítico nos últimos 30 meses, segundo a pesquisa do DIEESE; os salários do funcionalismo civil, aviltados pela procrastinação da Reforma Administrativa, estão hoje 15% mais baixos do que no ano passado —, pelo maior nível de desemprego aberto só registrado em toda história do País (2 milhões de desempregados) e pela crise do endividamento superior ao montante de Cz\$ 200 bilhões, contraída no auge do cruzado, que corrói milhares de micro e pequenas empresas no País, ameaçando jogá-las no abismo da quebraadeira generalizada.

Esta crise social, de proporções muito mais gigantescas do que o déficit público está a exigir, não paliativos nem prolegômenos, mas uma política econômica voltada à realização de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasi-



**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. JUTAHY MAGALHÃES EM  
SEU PRONCIAMENTO:**

**ANEXO I**

**LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
POR ORGÃO DO GOVERNO**

ORGÃOS	EM CZ\$ MILHÕES
Presidência da República	2.887,1
Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação	2.719,4
Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	5.400,0
Ministério da Aeronáutica	12.100,0
Ministério da Agricultura	8.537,5
Ministério das Comunicações	829,3
Ministério da Educação	70.000,0
Ministério do Exército	17.691,0
Ministério da Fazenda	9.038,3
Ministério da Indústria e do Comércio	2.985,0
Ministério da Previdência e Assistência Social	5.702,5
Ministério da Justiça	4.478,5
Ministério da Marinha	13.050,0
Ministério das Minas e Energia	610,5
Ministério da Previdência e Assistência Social	288,8
Ministério das Relações Exteriores	3.300,0
Ministério da Saúde	10.360,0
Ministério do Trabalho	2.692,2
Ministério dos Transportes	13.456,9
Ministério da Cultura	1.708,5
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	536,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	3.000,0
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário	435,5
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	8.414,5
Governo do Distrito Federal	12.000,0
Encargos Previdenciários da União	77.658,0
<b>TOTAL</b>	<b>289.793,2</b>

**ONDE SE ECONOMIZARÁ**

1) Corte no subsídio do trigo	Cz\$ 32,0
2) Dívida interna (lançamento de LBC)	15,0
3) Fundo para o Seguro desemprego não pago	5,0
4) Corte nos gastos dos Ministérios	18,0
5) Corte de investimentos da administração direta	32,0
6) Dívida com fornecedores rolada para 88	108,0
7) Corte com pessoal e custeio das estatais	39,0
8) Corte de investimentos das estatais	31,6
9) Rolagem da dívida com estados e municípios	60,0
<b>TOTAL</b>	<b>Cz\$ 349,6</b>

Fonte: Correio Brasiliense, de 24-7-87

**ANEXO III  
O PMDB E A CONJUNTURA  
ECONÔMICA**

**"ESTABILIZAÇÃO E RETOMADA  
DO CRESCIMENTO**

**Texto Substitutivo**

"Independentemente das posições de apoio ou de condenação à política econômica atual, militantes, convencionais, parlamentares, e economistas do PMDB apresentam à Convenção Nacional o presente documento, que visa fixar parâmetros mínimos para a ação econômica do Governo."

**ESTABILIZAÇÃO E RETOMADA DO CRESCIMENTO:**

**1. Os desafios do presente**

Continua a pesar sobre o País a crise econômica desencadeada em inícios do atual decênio. Suas causas são por demais conhecidas. Um endividamento externo sem precedentes fez com

que o Brasil se tornasse perigosamente vulnerável a mudanças na conjuntura internacional, inclusive a arbitrária elevações nas taxas de juros, ditadas por nossos credores. O País foi, assim, conduzido à posição de exportador líquido de recursos reais, com sérias consequências negativas para a formação interna de capital. A isso se acrescentou uma considerável dívida interna, cujo serviço está na origem de um déficit financeiro do setor público responsável em parte pelas elevadas taxas de juros que desencorajam os investimentos produtivos e oneram o Estado.

A experiência do Cruzado I comprovou que o tratamento corretivo da inflação inercial exige uma eficaz administração de preços e uma adequada política de rendas. Mas também deixou evidente que é possível conciliar o crescimento econômico com uma distribuição mais equitativa da renda. A injusta distribuição de renda que singulariza nosso País não é um fruto da fatalidade, e sim a consequência de políticas econômicas que devem ser urgentemente modificadas.

A grave crise cambial, que se manifestou nos últimos meses de 1986, serviu para que surgisse

**ANEXO II**

**O PESO CRESCENTE DOS JUROS**

ano	salários e encargos Cz\$ mil - % do pib	juros da dívida interna Cz\$ mil - % do pib
1970	16.117 8,29	2.536 1,30
1971	21.428 8,22	3.182 1,21
1972	27.576 7,91	4.396 1,26
1973	35.742 7,33	5.869 1,20
1974	48.370 6,78	7.921 1,11
1975	74.918 7,45	12.479 1,24
1976	116.875 7,18	22.694 1,39
1977	163.701 6,58	47.561 1,91
1978	250.215 6,91	75.834 2,09
1979	416.529 6,89	124.765 2,06
1980	780.920 6,17	238.871 1,89
1981	1.583.119 6,40	553.746 2,23
1982	3.563.103 7,40	1.666.762 3,46
1983	7.752.058 6,56	4.952.385 4,19
1984	21.832.063 5,63	24.246.772 6,24
1985	95.974.730 6,82	153.726.349 10,93

**GASTOS GOVERNAMENTAIS (Salários e Juros da  
dívida pública) Preços correntes/P/B**

ORÇAMENTO	1985	1986	86/85 (%)
Investimentos	46.862,7	151.442,3	223 *
Amortizações internas	10.388,9	23.895,6	130
Amortizações externas	24.381,2	81.639,3	235
Encargos financeiros internos	9.623,0	28.024,2	191
Encargos financeiros externos	32.650,3	90.890,1	178
Pessoal e encargos sociais	26.052,9	74.711,2	187

Fonte: Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST.

\* Valores nominais. Inflação de 1985: 235,1%.

Fonte: Correio Brasiliense, de 26-7-87

um consenso no País em torno da necessidade de dar absoluta prioridade ao problema do serviço da dívida externa, o qual vinha absorvendo cerca de metade das divisas geradas pelas exportações, somente para o pagamento dos juros. Daí a decisão histórica, tomada na última semana de fevereiro, de suspender unilateralmente a transferência dos juros devidos aos bancos privados, correspondentes aos empréstimos de médio e longo prazos.

Não devemos perder de vista que vivemos um período de instabilidade com profundos reajustamentos na economia mundial. Os desequilíbrios comerciais e financeiros são de magnitude inusitada: os preços dos produtos primários sofrem uma depressão só comparável, por sua profundidade e duração, à dos anos 30; as exportações de manufaturas enfrentam barreiras protecionistas de várias ordens; e os mercados financeiros internacionais encontram-se totalmente fechados para nós desde 1982. Essa crise aflição o conjunto dos países do Terceiro Mundo, cujas economias, em sua quase totalidade, atravessam prolongado período de estagnação.

A nossa é uma das poucas economias que dispõem de meios para superar a crise com base no próprio esforço, dado o elevado grau de integração de nosso sistema produtivo e o dinamismo de um mercado interno ainda em formação. Mas não podemos dispensar a cooperação internacional, pois é do exterior que vem grande parte das novas tecnologias em que se apoia o desenvolvimento de uma economia moderna. Ademais, o Brasil pode contribuir para restaurar o dinamismo da economia internacional, graças à sua aptidão para absorver um fluxo muito superior ao atual de importações, bastando para isso que se modifiquem os atuais esquemas de pagamentos da dívida externa. A capacitação da empresa nacional deve ser o caminho preferencial da modernização tecnológica, rejeitando-se a abertura indiscriminada ao capital estrangeiro como meio para alcançar esse objetivo.

Neste momento, o objetivo central da política econômica deve ser a recuperação da estabilidade, vale dizer, o afastamento definitivo da ameaça de hiperinflação, com a qual viria o desgoverno total, inviabilizando o processo de transição democrática. A política que está sendo executada assumiu a forma de choque estabilizador, com congelamento temporário de preços, salários e alteração do sistema de antecipações de ajustes salariais. Nesta fase, ela deve ser o mais possível neutra, do ponto de vista da distribuição de renda, e produzir efeitos no curto prazo. O elevado preço social que se está pagando impõe que se criem, em prazo curto, condições que permitam realivar a economia e perseguir o objetivo fundamental de recuperação e elevação dos salários reais.

Dessa forma, a atual política deve ser compreendida como comportando dois tempos: o do choque estabilizador e o da retomada do crescimento. Requisitos essenciais para o êxito de um e outro são:

a) a manutenção a baixo nível da transferência de recursos reais para o exterior; e  
b) a redução do déficit financeiro do setor público, cujo impacto desestabilizador e concentrador da renda é por demais conhecido.

Quanto mais se prolongue o tempo do choque estabilizador, maiores serão os riscos de agravamento da recessão. Mas sua eficácia, e portanto a possibilidade de encurtar-lhe a duração, dependem de um efetivo congelamento de preços e de uma administração eficiente destes na fase de flexibilização. Ademais, para que a reativação se prolongue em aumento da formação de capital, é necessário que se restaure a capacidade de poupança do setor público, mediante uma adequada reforma fiscal.

A alternativa à estabilidade com retomada de crescimento é a inflação com estagnação e sua consequência inevitável de concentração de renda e acumulação de miséria. Devemos nos unir em torno do objetivo essencial da estabilização com retomada econômica, cuja consecução é indispensável para que o programa do PMDB de mudar o Brasil possa avançar.

## 2. A recuperação do poder aquisitivo dos salários

A recuperação firme e não-reversível da massa de salários reais não é apenas parte da política de retomada do crescimento econômico mas, acima de tudo, um imperativo da política corretiva da má distribuição da renda nacional. A política

salarial deve objetivar no segundo semestre de 1987 — de forma compatível com a criação de novos empregos — recomposição do patamar dos salários reais médios alcançados em 1986, o que será facilitado pelo crescimento do emprego e pelos ganhos de produtividade decorrente de uma utilização mais intensa da estrutura produtiva. Este processo que não deve penalizar novamente a classe média, terá que beneficiar, em primeiro lugar, as faixas salariais mais baixas, e inclui os seguintes itens:

a) recuperação dos salários de base através da revisão, no menor prazo possível, do salário mínimo real, ao nível de março de 1987. Esta revisão do salário mínimo deve ser iniciada imediatamente após o fim do congelamento e deve ser precedida de sua desvinculação de outros pisos salariais, em legislação federal, estadual e municipal;

b) uma vez recuperada a base salarial deve-se implementar uma elevação progressiva do salário mínimo real, a partir da próxima data-base, com aumentos escalonados, visando dobrar o seu valor no prazo máximo de quatro anos;

c) complementação da revisão do salário mínimo com o aumento do valor da quota do salário-família para as faixas de base;

d) reajuste automático nas datas-base, correspondente ao IPC acumulado nos últimos doze meses anteriores, descontadas as antecipações concedidas (gatilhos e URPs);

e) antecipação do pagamento do resíduo inflacionário acumulado até maio de 1987;

f) manutenção da regra de ampla negociação dos salários e reivindicações correlatas, com interdição de transferências dos ganhos reais para os preços;

g) revisão da regra de antecipações salariais, na eventualidade da indesejável aceleração inflacionária.

## 3. Evitar o recrudescimento inflacionário

É essencial assegurar que a retomada do crescimento econômico se efetue de forma ordenada e segura, prevenindo-se o risco de descontrole inflacionário na fase de flexibilização dos preços. Em 1986, a conjugação de vários fatores (fuga das aplicações em poupança, forte aumento dos rendimentos autônomos, redução do imposto de renda na fonte, deflação das dívidas e prestações), num contexto de crescimento acelerado do emprego, permitiu a ampliação inicial do consumo, o que ensejou a retenção arbitrária de estoques e especulação pelas empresas, pressionando fortemente o congelamento.

Não se pode, nem de longe, caracterizar a situação atual como sendo semelhante à de 1986, pelo contrário, apesar das indicações localizadas de reanimação das vendas, não se prevê nenhuma pressão generalizada de demanda que, de per si, possa modificar significativamente a atual conjuntura.

Ao que tudo indica, as pressões inflacionárias no futuro próximo terão outras origens, combinando tensões surgidas ao nível dos custos e das expectativas, não devendo — por isso — sofrer variações bruscas, nem aceleração acima da inflação corrente.

A prevenção de um novo surto de inflação, no contexto do atual programa de estabilização, depende em larga medida do grau de alívio que se possa obter nos encargos financeiros do setor

público e privado, mediante o controle efetivo das taxas de juros. Estas devem ser mantidas em níveis reais, mas suficientemente reduzidas para permitir a retomada dos investimentos produtivos.

Em todo caso, a fase de transição para a flexibilidade de preços será crucial para a consolidação da política atual. Será indispensável toda firmeza para evitar movimentos especulativos aceleracionistas. Deve-se combinar clareza de critérios de reajuste e eficácia do instrumento administrativo com bom senso e, sobretudo, com rigor e energia na penalização dos infratores.

A reforma da legislação e normas de punição dos abusos contra a economia popular deve ser efetuada com urgência, para tornar efetivo o controle dos preços, com a colaboração decidida dos Estados e Municípios.

É perfeitamente factível estabilizar o patamar inflacionário em nível inferior a 5% ao mês em seguida ao descongelamento, sempre que se conte com a cooperação de todos e que o sistema de administração de preços opere com um mínimo de eficiência. Na verdade, quanto mais baixo vier a ser o patamar inflacionário futuro, menor será o risco de perda salarial, e mais fácil a retomada do crescimento econômico, apoiado inicialmente em gradativa elevação do nível de utilização da capacidade produtiva. A redução da inflação interessa, com efeito, a todos os setores da sociedade.

## 4. A retomada do crescimento.

Não aceitamos a recessão como instrumento de política econômica. Vários instrumentos de política devem ser criteriosamente mobilizados para assegurar a reativação da economia, a começar pela decompressão progressiva dos salários de base e pelo afrouxamento calibrado das condições de crédito ao consumo (ampliação de prazos, redução de taxas). A redução dos juros nominais deve ajustar-se à expectativa de taxas de inflação mais baixas e estabilizadas, para aliviar rapidamente o peso dos encargos financeiros no passivo das empresas, abrindo espaço, junto com os ganhos de produtividade, para a absorção de melhorias salariais e de outras tensões de custo já repassadas. No período de transição, até que se firme a retomada, recomenda-se o aperfeiçoamento do seguro-desemprego.

A ampliação da oferta de crédito e a assistência temporária de liquidez às empresas economicamente saudáveis, que atravessam dificuldades momentâneas, especialmente quando decorrentes da realização de inversões produtivas, devem ser praticadas dentro de critérios setoriais, pelas instituições financeiras oficiais e pelo setor bancário privado. Esta assistência deve ser mantida até que estejam contidos os fatores contracionistas, com o objetivo de evitar demissões em massa.

Estes são instrumentos de curto prazo, para iniciar a reativação. A trajetória de crescimento, a médio prazo, não deve perder de vista a necessidade de geração anual de um e meio milhão de empregos, o que implica uma taxa de expansão do produto nacional próximo à média histórica de sete por cento.

Para isso requer-se um esforço maior de investimento público e privado, o que exigirá novos meios e fontes adequadas de financiamento. As prioridades do investimento público continuam sendo as da área social e de infra-estrutura básica e sua distribuição regional deve contemplar as

áreas mais carentes (periferias metropolitanas, grupos sociais de alta fragilidade, regiões atrasadas).

A política agrícola deve estimular com segurança e regularidade a expansão do plantio, evitando-se a flutuação dramática das safras, que atinge a renda dos agricultores, penaliza o poder aquisitivo dos assalariados urbanos e prejudica os excedentes de exportação. Os pequenos e médio produtores devem receber tratamento efetivamente diferenciado no que toca a crédito, juros e correção monetária.

Merece destaque a urgente reorganização do Sistema Financeiro de Habitação e saneamento, tanto para permitir a recuperação do setor de construção civil, quanto para aliviar as condições de moradia para as populações de baixa-renda, evitando-se as pressões especulativas sobre o mercado imobiliário e sobre os aluguéis.

Estas são prioridades reconhecidas historicamente pelo PMDB. A sua implementação, a partir da conjuntura atual, implica a recomposição da capacidade de financiamento interno, com destaque especial para:

a) o desdobramento efetivo do saneamento financeiro dos Estados e Municípios, para que possam se viabilizar administrativamente;

b) a preservação e agilização das aplicações do FND para o financiamento da infra-estrutura e indústrias de base, mantidos os critérios atuais em favor das empresas nacionais;

c) a manutenção e aperfeiçoamento dos programas sociais, que não devem ser sacrificados pela política de ajuste do déficit público;

d) reformulação do sistema financeiro, para apoiar os investimentos produtivos do setor privado e combater a especulação.

A área do financiamento externo transita decisivamente pela negociação da dívida externa.

### 5. Dívida Externa e Relações Econômicas Internacionais

Existe atualmente, inclusive nos países credores, uma clara percepção do esgotamento dos modelos até agora utilizados, que impuseram aos devedores parcela desproporcional do ônus decorrente da crise da dívida. O Brasil, que contribuiu de forma decisiva para a criação dessa percepção, ao ter rejeitado a tutela do FMI e ao suspender unilateralmente os pagamentos de juros como forma de reforçar sua capacidade de negociação, deve manter esta postura soberana.

O desenvolvimento nacional exige uma forte redução na drenagem de recursos para o exterior, a fim de liberar fundos para ampliar os investimentos, aumentar as importações necessárias à modernização da estrutura produtiva e recuperar as reservas cambiais. O nível dos saldos comerciais brasileiros deve ajustar-se a essas necessidades da economia, e não ser determinado por esquemas extorsivos de pagamento da dívida.

Os seguintes pontos são essenciais para assegurar os nossos objetivos de desenvolvimento:

a) Não aceitação do monitoramento da política econômica pelo FMI, independentemente do grau de formalização de tais acordos. Não se trata, apenas de oposição a acordos formais mas, também, de rejeitar acertos que comprometam a soberania na condução da política econômica nacional, com prejuízo dos objetivos de crescimento estabelecido.

b) Consolidação de nossa posição negociadora. Além da proteção das reservas, o objetivo da moratória foi sinalizar a determinação do Governo de obter a reestruturação global e plurianual da dívida, de modo a limitar a transferência de recursos para o exterior a um teto máximo de 2,5% do PIB nos próximos cinco anos. Portanto, a moratória deve permanecer em vigor até que, como resultado do processo de negociação, seja alcançado este objetivo.

c) A recuperação da reserva de divisas. A melhoria dos saldos comerciais deve servir primordialmente à recomposição do nível das reservas cambiais e não para atender a uma retomada prematura do pagamento dos juros aos bancos comerciais ou para permitir transferências líquidas excessivas ao Clube de Paris ou a outros credores e investidores.

d) Redução do custo da dívida. Por longos anos o País pagou **spreads** abusivos, muito acima dos custos da captação dos bancos credores. Não há mais justificativa para que o Brasil continue a arcar com taxas adicionais às taxas básicas, ou seja, o **spread** deve ser zero. A eliminação do **spread** deve ser aplicada à totalidade da dívida de longo prazo com os bancos estrangeiros.

e) Outros mecanismos da redução das transferências. A eliminação do **spread** deve ser complementada pela capitalização plurianual automática de parcela preponderante de juros, pela fixação de limites máximos para a flutuação da taxa de juros e pela transformação de parte da dívida em obrigações a taxas fixas.

f) Em razão das graves implicações que pode ter para a economia nacional, qualquer proposta de conversão da dívida em capital de risco deve limitar-se aos juros e subordinar-se a normas definidas pelo Congresso Nacional e, em particular, deve evitar, através de salvaguardas apropriadas, que a conversão resulte em desnacionalização da economia.

g) A abertura indiscriminada e sem critérios da economia brasileira ao capital estrangeiro, assim como à implantação de plataformas de exportação, desconhecem a natureza da crise mundial e representam o comprometimento estratégico do verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional.

h) Não devemos perder de vista que os desequilíbrios que afetam atualmente a economia internacional são de uma amplitude antes ignorada e inimaginável. Nossa dívida não é senão um aspecto desses desequilíbrios, cuja correção exige novas formas de cooperação internacional que só lentamente serão postas em prática. O que mais importa, para nós, nesta fase difícil, é guardar autonomia de decisão para defender nosso direito ao desenvolvimento.

### ANEXO IX

Resumo das notícias que indicam o processo recessivo entre 18/03/87 e 29/06/87

18/3 — Governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra demite 20 mil funcionários públicos, possibilitando economia de Cz\$ 120 milhões ao governo estadual. (CBR)

— Governador Alberto Silva, do Piauí, demite 20 mil funcionários e anula promoções e reclassificações de cargos que segundo afirmou, foram feitas à revelia da lei. (CBR)

20/3 — O Conselho Monetário Nacional ampliou em reunião do dia 19/3 o prazo máximo

do crédito direto ao consumidor para até 12 meses e criou linha de crédito a juros reais de 0,5% ao mês para as pequenas e médias empresas. Segundo o Ministro Dilson Funaro, as medidas têm o objetivo de evitar a recessão. Os empresários, no entanto, consideraram as decisões insuficientes (CB)

21/3 — Sarney reúne-se com 22 empresários e com o Governador Orestes Quêrcia, em Itatiba. O ponto de união dos empresários é o não à recessão. (JBr)

24/3 — Romeu Chap Chap prevê desemprego na construção civil se o governo não reordenar o setor financeiro da habitação e voltar a investir. (Est. de SP)

25/3 — Presidente da Associação Nacional de Pequenas e Médias Empresas afirma que as estatísticas da Fiesp ainda não registraram o desemprego de 8% dos trabalhadores de pequenas e médias empresas. (JBr e Est. de SP em 29/3)

27/3 — Segundo Dieese e Seade 34 mil pessoas perderam seus empregos no último mês.

29/3 — O economista Domingos Rodrigues, do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais afirma que as quedas nas vendas e na produção, durante os dois 1ºs meses do ano "já apresentam um grau de desaceleração bastante preocupante para a nossa economia". (O Globo)

— As 400 farmácias de Brasília demitem 600 funcionários. (CB)

— Setenta empresas paulistas pedem concordata durante o mês de março, número recorde nos últimos 27 anos. (Est. de SP)

30/3 — Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Jorge Aloysio Weber afirma que recessão está "batendo à nossa porta". Anuncia que os setores madeireiro e de bens de consumo duráveis do seu Estado estão sem receber novos pedidos a um mês. (GM)

— Sarney afirma que prioridade às exportações não comprometerá o crescimento econômico nem causará recessão. (O Globo)

31/3 — Grupo Machline demitirá 800 funcionários — cerca de 5% do total de seus 16 mil empregados — das empresas Sharp e SID Informática até o final da semana. (Est. de SP)

— Senador Albano Franco, presidente da CNI, anuncia movimento dos empresários contra a recessão. (JB)

01/4 — A Comlurb, responsável pela coleta de lixo e limpeza pública do Rio de Janeiro demite 240 empregados para economizar Cz\$ 255 mil/mês. (O Globo)

02/4 — Pequenos empresários de Piracicaba param a cidade com protesto contra a política econômica e anunciam que terão de demitir 60% da mão-de-obra local. A cidade tem quatro mil pequenas, médias e microempresas. (O Globo)

07/4 — Secretaria de Emprego e Salário anuncia queda na criação de novos postos de trabalho no País. Em relação ao mesmo mês do ano passado o crescimento do nível de emprego passou de 0,46 para 0,24 este ano, significando uma queda de quase metade. (JBr)

10/4 — Açominas demite 60 empregados. (GM)

11/4 — Gradiente demite 450 empregados. (F. de SP)

12/4 — Racionamento de energia elétrica falha no Nordeste provocando demissão de 180 mil trabalhadores, segundo levantamento da F. de

SP junto a oito governos estaduais da região. (F. de SP)

14/4 — Empresários do País divulgam, através da CNI, documento de "Não à Recessão". (F. de SP e o Est. de SP)

19/4 — As indústrias de vestuário de Campos (RJ) anunciam demissões em massa a partir desta semana para atenuar a crise do setor. (O Globo)

23/4 — Dados do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo indicam queda real de 6% nas vendas do comércio varejista da cidade, em relação ao mesmo mês do ano passado. (GM)

25/4 — Dados do Dieese garantem que a taxa de desemprego na grande SP, que em fevereiro atingia 7,6 da PEA, subiu para 8,5% no mês de março, significando que 67 mil pessoas perderam seus empregos, elevando para 642 mil o número de desempregados na região. (Est. de SP, O Globo, JT e GM em 27/4)

30/4 — Bresser Pereira anuncia desaceleração na economia, estabelecendo crescimento para o PIB entre 3 e 3,5%. (CB)

07/5 — Indústria automobilística prevê queda de vendas de veículos entre 15% e 20% este ano. Já houve demissão de 2.574 trabalhadores nos quadros de pessoal das montadoras entre dez/86 e abril/87. Em março foram registrados 863 vagas a menos e, frente à tendência de redução da produção, o nível de emprego deverá decrescer ainda mais. (JBr, O Globo e CB em 12/04)

— Bresser afirma que combaterá o desemprego, canalizando os excedentes do mercado interno para a exportação. (CB e JBr)

15/5 — Setor da construção civil, em Brasília, acumula 3 mil demissões durante os quatro primeiros meses do ano. (JBr)

— A Massey Perkins, líder do setor de máquinas agrícolas, demite 240 funcionários de sua unidade produtora de Canoas, concede férias para cerca de 400 outros funcionários e transfere outros 400 para a fábrica de SP. Os ajustes, segundo a empresa, são necessários para adequação da empresa ao comportamento do mercado. (GM)

19/5 — Pazzianotto teme recessão e desemprego no País. (JBr)

20/5 — Governo suspende por 45 dias cobranças judiciais que ameaçam entre 200 e 500 mil pequenas, médias e microempresas do País. (JBr)

22/5 — Autoridades do MF já admitem a ocorrência de sensível redução na atividade econômica do País, expressa por indicadores como nível de emprego, produção e de vendas, captados por instituições privadas e oficiais, assim como pela disposição manifestada por empresas nacionais e estrangeiras de reduzirem drasticamente seus investimentos este ano. (JBr)

23/5 — Vale do Rio Doce anuncia que efetivará 12 mil dispensas, dentro de uma política de redução dos custos da produção. (JBr)

— 120 funcionários brasileiros das 32 multinacionais que trabalham para a Petrobrás na costa marítima de Sergipe foram demitidos nos últimos 40 dias e substituídos por 60 empregados filipinos, que trabalham em regime de semi-escravidão, segundo presidente do sindicato dos trabalhadores do setor, em Sergipe. (JBr)

26/5 — Bresser admite recessão e descarta possibilidade de congelamento. (JBr)

— Micro, pequenos e médios empresários do DF pedem refinanciamento de suas dívidas. (JBr)

27/5 — Comércio de Brasília demite 5 mil funcionários de janeiro a abril deste ano. (JBr)

29/05 — Demissões no setor energético de SP chegam a 500 entre abril e maio deste ano. (GM)

— Celso Martone, economista da FIPE, prevê crise cambial, hiperinflação e recessão até o final de 1988. (GM)

30/5 — 46 mil demissões no comércio do Pará no último trimestre, setor responsável por 85% dos empregos em Belém. (CBr)

— Setor de autopeças demite em SP 2.100 empregados no espaço de dois meses. (JBr)

— Desemprego nas pequenas e médias empresas cariocas aumentou 49% em relação a janeiro, segundo pesquisa da Associação Fluminense de Pequena e Média Empresa. (O Globo)

31/5 — Sinais de recessão colhidos pelo jornal **Correio Braziliense**: redução do ritmo da produção industrial; aumento anormal da procura pelo seguro-desemprego, com 137 mil registros de pedidos desde abril e mais de 300 mil cheques pagos pelo MTB queda real de mais de 20% nas vendas do comércio nos principais centros consumidores; redução substancial na venda de maquinário agrícola; aumento anormal no pedido de concordatas; queda dramática dos investimentos na parte do setor privado e aumento persistente da capacidade ociosa do setor industrial. (CBr)

— Indústria de automóveis demite 7.600 empregados em 6 meses. (O Globo)

— Em Recife 38.253 pessoas recebem o seguro-desemprego. (CBr)

— No Pará, Federação das Indústrias do Estado estima que 46 mil demitidas nos primeiros quatro meses do ano. (GM)

02/6 — Em abril e maio 25 empresas pedem concordata em Brasília, contra dois pedidos de concordata no mesmo período de 86. (CB)

— A indústria de móveis de Bento Gonçalves, principal pólo do setor no Rio Grande do Sul demite 2.600 funcionários. (GM)

— Líder da fundição de ferro na América Latina, Fundição Tupy, demite 600 funcionários. (JB)

03/6 — Empresas do Distrito Federal de Manaus demitiram mais de 3 mil empregados nos primeiros meses do ano. (Est. de SP)

— Bresser admite recessão e promete reduzir inflação. (JB)

04/6 — IBGE revela que há 1,7 milhão de desempregados no país, com taxa de 3,4% em abril. (O Globo e JB)

— Indústria automobilística demite, em maio, 1.446 empregados. (JB)

— Vendas caem 36,8% e as montadoras demitem 4.467 funcionários, segundo balanço da Anfavea. (Est. de SP)

— O ABC paulista tem 70 mil desempregados e crise alarmante no setor de serviços, segundo Instituto de Pesquisas de São Caetano do Sul. (Est. de SP)

06/6 — A Volkswagen anunciou que demitirá 723 operários e reduzirá os salários em 150%. (JBr)

— A Companhia brasileira de tratores, um dos maiores fabricantes de máquinas agrícolas do País demite 270 dos seus 2.400 empregados em função da retração das vendas. (Est. de SP)

07/06 — Três sindicatos de metalúrgicos do ABC comprovam que mais de 11 mil homologações de contratos foram efetuadas de janeiro a maio e as subdelegacias regionais do trabalho

da região comprovam mais 5 mil homologações. (O Globo)

— No primeiro trimestre do ano, 11.804 demissões homologadas nos sindicatos de Curitiba, com variação de 23,77% em relação ao mesmo período do ano passado. (Est. de SP)

08/06 — Pazzianotto reconhece que oferta de emprego está caindo no País. (O Globo)

— Mais de 20 mil pessoas que trabalham na indústria da construção civil da região metropolitana de Salvador perderam seus empregos nos últimos seis meses. (GM)

— Líderes industriais, do comércio, da agricultura e do setor financeiro afirmam em reunião na Fiesp, com o Ministro Bresser Pereira que a recessão já chegou. (GM)

— Dados da Fiesp indicam que desemprego na indústria é o maior desde 1983. No mês de maio, o nível de emprego caiu em 0,36%, ou seja, 7.600 trabalhadores perderam seus empregos. (CB e JBr em 09/06)

09/06 — Manifestação de micro e pequenos empresários pressiona o Governo em Brasília. (CB)

10/06 — Companhia Estadual de Gás do RJ demite 30 empregados. (O Globo)

— Secretário de Polícia Militar do RJ confirma 78 demissões. (O Globo)

11/06 — Sindicatos patronais de Santa Catarina iniciam processos de férias coletivas e redução da jornada para evitar demissões. (GM)

— Presidente da Associação Brasileira de Analistas de Mercado de Capitais estima que demissões já chegaram a 50% no setor. (JB)

— Fiesp registra a primeira grande taxa negativa no nível de emprego — 0,36% em 54 meses consecutivos e anuncia que pretende continuar a prática do ajuste pelas demissões. (GM)

— O índice de desempenho industrial das indústrias do Rio Grande do Sul caiu 1,89% no segundo bimestre de 87, em relação ao mesmo período de 86.

— Setor de confecções carioca soma 3.471 demissões nos primeiros cinco meses do ano (GM).

12/06 — Concessionárias e distribuidores de veículos do DF decidem demitir e efetuar cortes drásticos nas despesas. (CBr)

16/06 — Empresas do setor elétrico da Bahia desligam seus fornos provocando dispensa de 400 operários. (JB)

19/06 — Anfavea prevê queda ainda maior da produção e aumento das demissões no setor automobilístico (F. de SP). Dados da Fiesp demonstram redução no ritmo de crescimento da atividade industrial. Em abril o crescimento foi de 5,1% se comparado ao mesmo mês de 1986. Em março a taxa foi de 16,1 sobre março do ano passado e de 14% em fevereiro. (F. de SP)

— Movimento de **lockout** dos revendedores de automóveis poderá paralisar completamente a produção de veículos. O alerta é do presidente da Anfavea. (Est. de SP)

— Scania do Brasil demite 177 funcionários ligados à produção, reduzindo seu quadro de pessoal em 5%. As vendas apresentam retração de 29,1% nos primeiros cinco meses do ano. (GM)

— A Ford do Brasil concede férias coletivas a 15 mil funcionários, paralisando entre os dias 29/06 e 13/07 a produção de veículos nas unida-

des de São Bernardo e Ipiranga e, parcialmente, a unidade de Taubaté. (GM).

— A Fiat concede férias coletivas a partir de 6/07 para dois mil funcionários da produção. Seu estoque já soma 3 mil carros e, o prejuízo global é estimado em US\$ 17 milhões nos três primeiros meses do ano. (CBR).

— Autopeças têm redução de 30 a 40% nas encomendas. De janeiro a início de maio as dispensas do setor somam 2,1 mil pessoas e a estimativa é de que, durante maio, igual volume de dispensa tenha se efetivado. (GM).

23/06 — Bresser Pereira, preocupado com a queda nas vendas diretas ao consumidor anuncia que estuda dilatação no prazo para crédito, hoje fixado em quatro meses. (CB).

— Sindicatos de metalúrgicos do ABC afirmam que dispensas atingem 12,5% da categoria. (O Globo).

— Nos cinco primeiros meses do ano, as pequenas e médias empresas do ABC Paulista demitem 12,5% do seu efetivo. (Est. de SP).

— Montadoras concedem férias coletivas e podem demitir mais 10 mil empregados. A Autolatina prevê dispensa de 3,5 mil a 4,5 mil funcionários, enquanto a Fiat, pretende cortar 2 mil trabalhadores. (CB).

— As empresas do setor automobilístico têm estoque de 22 mil unidades e, à exceção da Mercedes-Benz, continuam com o faturamento de veículos suspenso. (GM).

— Vendas de defensivos agrícolas devem cair 10% este ano, em relação ao ano passado. (GM).

24/06 — Férias coletivas nas indústrias de doces para reduzir produção. (GM).

— A Copaf suspenderá parte dos investimentos projetados de US\$ 30 milhões este ano e prevê demissões. (Est. de SP).

— Mannesmann SA demitiu de 1º de junho até agora 337 operários e aguardará até meados de julho para decidir se aumenta ou mantém a escala das demissões. (GM).

— O índice de desemprego na Grande São Paulo aumentou de 8,9% em abril para 9,5% em maio, segundo dados do Dieese. (JB).

— Ford dá férias coletivas para 10 mil funcionários e a Volks para 7 mil. A Brastemp também decide-se pelas férias coletivas para quatro dos seus seis mil funcionários.

26/06 — Ford e Volks dispensam hoje o total de 4 mil trabalhadores e a GM decide dar férias coletivas para 10 mil. (O Globo).

— As vendas do comércio varejista na região metropolitana de São Paulo caíram 28,6% em maio, se comparadas com as realizadas em maio de 1986, acumulando queda de 15,8% nos primeiros cinco meses do ano, segundo dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. (O Globo).

— A mais antiga fábrica de aparelhos musicais do Brasil, a Giannini, fundada em 1900, pediu concordata preventiva em 25/06. (O Globo).

— A queda na demanda na indústria de máquinas chega a 60% no período de dez/86 a junho/87. As demissões somam 5.400 trabalhadores. A indústria eletroeletrônica também apresenta redução de 50% nas suas vendas de bens de consumo duráveis. (O Globo).

— O consumo nacional aparente de gasolina caiu 12,9% entre maio/86 e maio/87. O consumo de álcool carburante decaiu de janeiro a maio

em 10%; o consumo de óleo diesel também decaiu, entre janeiro e março, em 21%. O consumo de combustíveis em São Paulo caiu, em média, 20% desde o início do ano. Os dados são do CNP. (GM).

27/06 — Decreto do Presidente Sarney suspende a cobrança do empréstimo compulsório de 15%, cobrado pelo Governo nas operações de compra e venda de veículos novos. (F. de SP).

— Autolatina confirma suas previsões e demite 4 mil empregados. (CB, (Est. de SP e O Globo JT).

— O Presidente da Federação dos Bancos, Pedro Conde anuncia que o sistema financeiro deverá efetivar demissões. (JB).

01/07 — Governo estuda ampliação do crédito direto ao consumidor para móveis e eletrodomésticos. (JBr).

— A São Paulo Alpargatas S/A decidiu dar férias coletivas a nove mil dos seus 32 mil funcionários, pelo prazo de dez dias. As vendas estão paradas desde a adoção do novo congelamento de preços. (CBR).

— As indústrias de massas e biscoitos do Rio Grande do Sul demitiram 500 funcionários nos últimos 15 dias (CBR).

— A Agrale S/A, de Caxias do Sul concedeu férias coletivas de um mês a 250 funcionários da linha de produção de motos. O estoque da fábrica está em 1.400 unidades. A Agrale tem 2.600 trabalhadores e não descarta a possibilidade de demissões. (F. de SP).

— A GM amplia férias coletivas, subindo para nove mil o número de funcionários nesta situação. (Est. de SP).

— Os metalúrgicos da indústria de autopeças já somam 8.200 demissões (sendo que 4 mil delas foram efetuadas em junho) nos quatro primeiros meses do ano. (O Globo).

— Somente em junho 1.200 demissões em Guarulhos e 6 mil empregados em férias coletivas nas metalúrgicas da cidade. (O Globo).

— A partir de hoje 2.100 empregados da Fiat entram em férias coletivas por prazo de 40 dias. (JB).

— Empresários do setor de veículos afirmam ao Ministro Pazzianotto que o fim das demissões depende da cooperação do Governo. (GM).

02/07 — A arrecadação do ICM no Estado do RJ caiu 5,9% nos primeiros quatro meses do ano, em comparação ao mesmo período do ano passado. Segundo técnicos da Secretaria de Fazenda do Estado os responsáveis pela queda foram os supermercados. (O Globo).

— O Presidente da Fiesp pede providências ao Governo para conter o processo recessivo. Segundo afirmou, 25 mil funcionários estão em férias coletivas no País. (CB).

— Em maio os pedidos de requerimento do seguro-desemprego somaram 89.864, contra 54 mil pedidos no mês de abril. (GM, O Globo CB e JBr).

— A fábrica de caminhões Saab-Scania dá férias coletivas a quase todos os seus 2.900 funcionários, entre os próximos dias 13 e 25. (JBr).

— Pazzianotto pede em discurso na ESG que empresários parem com as demissões. (todos os jornais)

— A DIGIREDE, líder do setor de automação bancária, demitiu 320 trabalhadores, reduzindo em 21% seu quadro de 1.525 funcionários.

03/07 — Fábrica de biscoitos Real Paladar, de Taguatinga, demite 10 e tem prejuízo de Cz\$ 38 mil em função da demora do Governo na divulgação da tabela com os novos preços dos derivados de trigo. (CB)

— Bresser Pereira fala aos empresários reunidos no encerramento do 15º Congresso de Siderurgia. Diz que, para o País atingir taxa de crescimento de 5% "As empresas devem se preparar para viverem apertadas; a indústria para crescer moderadamente; e, os Estados, para gastarem pouco, com a realização limitada de obras públicas. (O Globo)

— 6.500 metalúrgicos paulistas entram em férias coletivas. As principais empresas a conceder férias foram: Fundação Brasil, Amo, Caloi, Multitel, Telefunken e Nordo Brasil. (CBR)

— Treze empresas do distrito industrial de Mauas do setor elétrico, digo, eletrônico — Philips, Telefunken, Sanyo, Metalmecânica, Eletra, BSR, Evadin, Caloi, Motovespa, CCE, Itaucari, Gradiente e Bosch, deram férias coletivas de trinta dias para seus funcionários. São cerca de 15 mil trabalhadores — 41,66% do setor. (F. de SP)

— A Trol S/A demitiu 170 dos seus 2.025 empregados. (F. de SP)

04/07 — Bresser Pereira concede audiências, em São Paulo, para empresários de todos os setores. Todos reclamaram, reivindicaram e advertiram sobre os sintomas de recessão econômica. (JB)

— Professor e economista da FGV, Paulo Rabello de Castro afirma em palestra na Clube Americano. (patrocinada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá), que a queda de 20% na arrecadação da Previdência Social, do FGTS, do ICM e do IPI será a primeira consequência do Plano Bresser. Rabello previu ainda que será inevitável forte desaceleração da economia no segundo semestre. (O Globo)

— Presidente da Anfavea diz que as vendas no mercado interno caíram 49,1% de janeiro a junho deste ano, se comparadas com igual período do ano passado. Segundo ele, o estoque nas fábricas atinge 37 mil veículos. (CB)

— Romeu Trussardi Filho, Presidente da Associação Comercial de São Paulo, afirma que em maio foram registrados em São Paulo 98 pedidos de concordatas, em junho, 117, elevando para 393 pedidos durante o primeiro semestre. Este total já é superior aos registrados no ano de 1985 — 160 — e, no ano de 1984 — 354. O número de falências requeridas também está elevado: 553 em junho e 493 em maio com o acumulado do semestre somando 2.164 requerimentos. (CB)

— Segundo o Departamento Nacional de Registros de Comércio o número de registro de novas empresas caiu 25% em maio deste ano, em relação a maio do ano passado. Este mês foram abertas 31.988 novas empresas, enquanto que em maio de 1986 foram abertas 42.545. (O Globo)

— Diretor do Sindicato da Indústria de Alfaiataria e de Confecções de Roupas do Estado do Rio de Janeiro, Enéas Franco, afirma que a queda na produção da indústria fluminense de confecções chegou a 40% no 1º semestre, em relação a igual período de 1986. As demissões, também no 1º semestre, somam 30 mil. (O Globo)

— As indústrias de Sertãozinho ameaçam demitir 12 mil trabalhadores, caso o Governo não



libere recursos para que saldem suas dívidas. (CBr)

— A Massey Perkins, com estoque de mil tratores em seu pátio, demite 350 empregados, correspondentes a 9,5% do seu efetivo na fábrica de Canoas. (RS) e coloca em férias coletivas de 10 dias 2.500 trabalhadores. (O Globo)

— 6 mil demissões nas indústrias do Vale do Paraíba nos últimos três meses. Os cálculos são de sindicatos da região e representações do Ministério do Trabalho. (O Globo)

— Márcio Orlandi, diretor da Divisão de Auditoria da Arthur Anderson, analisa 112 balanços de 1985/86 das empresas mais representativas nos diversos setores da economia e conclui que, sem um plano macroeconômico que estabeleça normas claras e seguras para os investimentos produtivos, a tendência será o aprofundamento da recessão e o desemprego crescente. (O Globo)

— As indústrias de massas e biscoitos da Bahia dão férias coletivas aos trabalhadores. (FB)

— O presidente da Câmara de Moda do Rio de Janeiro, Gregório Fagnello, afirma que o desemprego no setor de confecções já atingiu 50% dos trabalhadores do setor; 60% das encomendas feitas ao setor foram canceladas de março até agora e a Fenit realizada em junho vendeu apenas 20% da sua capacidade. (JB)

— Setor de massas e biscoitos de São Paulo demitiu 300 funcionários na semana passada. (emprego diretamente 20 mil pessoas). (JBr)

— Bresser pede aos setores automobilístico e de autopeças que parem de demitir. O pedido foi formalizado aos presidentes da Autolatina, Wolfgang Sauer e, do Sindipeças, Pedro Eberhardt. (JBr)

05/07 — Ministério do Trabalho afirma que 90 mil pessoas entraram com pedido de seguro-desemprego em todo o País, contra 54 mil pedidos registrados em abril. (CBr)

— Em São Paulo coordenador estadual do Sine constata que número de vagas é menor do que o número de candidatos no mercado de trabalho. (JB)

— O Governo adia o anúncio dos cortes dos gastos públicos ciente do impacto negativo que causará à economia do País. (O Globo)

— Economistas reunidos para o Balanço Mensal do **Jornal do Brasil** chegam ao consenso de que a recessão é inevitável este ano.

Mário Henrique Simonsen é o mais pessimista: "o Brasil está entre a recessão e a depressão". Edmar Bacha acredita em recessão forte mas curta e receita para o País: "fechar o déficit público e aumentar os impostos".

Rogério Werneck diz que "o Plano Bresser é uma operação de salvamento num naufrágio de grandes proporções. O navio afundou em função dos descalabros do ano passado".

Paul Singer acredita que a "desorganização do lado da oferta" provocada pelo Cruzado irá se repetir com o Plano Bresser.

Deputado Cesar Maia rejeita o Plano Bresser porque, na sua opinião, "não altera a expectativa dos agentes econômicos".

Márcio Fortes. (pres. do BNDES) sustenta que, "mesmo com naufrágio o Governo saberá administrar a vida nos escaleres". (JB)

— A taxa de desemprego aberto na construção civil cresceu muito em maio, superando o crescimento geral do desemprego no País. A taxa de

maio foi de 4,29% dos trabalhadores do setor, bem acima dos 3,23% de abril, enquanto o índice geral do desemprego em maio foi de 3,97%. As informações são do IBGE. (O Globo)

— A Log-Indústria e Comércio, fabricante de componentes eletrônicos com sede em Osasco, demite 60 empregados e faz acordo com os trabalhadores para sustar as demissões, reduzindo a jornada de trabalho aos primeiros quatro dias da semana e, os salários, na mesma proporção, ou seja, em 20%. (Est. de SP)

— Os setores químico e metalúrgico do ABC paulista demitiram, juntos, no primeiro semestre deste ano, 30 mil trabalhadores. Na avaliação dos sindicatos da região este número sobe para 80 mil. (Est. de SP)

— Pela primeira vez desde fevereiro de 1985 o nível de emprego no Rio de Janeiro sofre queda acentuada por dois meses consecutivos. Dados do coordenador do Sine-RJ, Álvaro Cunha, atestam que, em março ocorreu oferta de menos 3.303 empregos e, em abril, menos 3.316. (Est. de SP)

— 06/07 — **Correio Braziliense** aponta como argumentos básicos para o consenso de que o setor produtivo caminha para a recessão os seguintes pontos:

1. a perda contínua do poder aquisitivo dos salários;
2. alta dos juros reais da economia, decorrente da política monetária restritiva;
3. a dificuldade das empresas redirecionarem, rapidamente, sua produção para o mercado externo; e
4. a vigilância do FMI sobre os gastos públicos. (CBr)

— Massey Perkins, líder do setor de máquinas agrícolas, demite 350 funcionários e concede férias coletivas de dez dias para 2,5 mil trabalhadores. (GM)

— Yanmar, fabricante de microtratores e motocultivadoras, demitiu no mês de junho, 150 funcionários, equivalentes a 12% do seu efetivo total e já registraram redução de 20% nas vendas. (GM)

— Em encontro com o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer e com o presidente do Sindipeças, Pedro Eberhardt, o Ministro Bresser Pereira pede o fim das demissões. (GM)

— Avaliação do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema conclui que 20 mil trabalhadores já foram demitidos. (GM)

— A Digrede demite 21% do seu quadro de pessoal, 320 pessoas e a Elebra também faz demissões, mas não divulga o número exato. Ambas as empresas são do setor de informática. (JB)

— Estimativa da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de São Paulo é de que pelo menos 25 mil trabalhadores entraram em férias coletivas. (F. de SP)

— Na região de Mirassol, interior paulista, onde os trabalhadores da indústria da construção e do mobiliário foram atingidos com demissões — cerca de 50% da mão-de-obra — a disputa pelo trabalho está sendo feita com os bóias-frias. Em Ituverava, fábrica de implementos agrícolas deu aviso prévio para 111 dos seus 115 empregados. (F. de SP)

— A unidade volante do Sine que atua há um mês na praça da Sé, em São Paulo, registrou movimento recorde na quinta-feira, dia 2-7, quan-

do no mercado de trabalho e informações sobre o seguro-desemprego. (F. de SP)

07/07 — 316 metalúrgicos paulistas rumam para Brasília para protesto contra o desemprego. (Est. de SP)

— Dados da Fiesp indicam que o nível de emprego nas indústrias de SP apresentou declínio de 0,74% em junho, e com redução de 15.850 postos de trabalho. Nos últimos 46 meses esta é a maior queda registrada pela Fiesp, no nível de emprego. Recuo tão acentuado neste indicador só foi registrado pela Fiesp em agosto de 1983. (JB, Est. de SP, GM, O Globo, F. de SP, JBr, CB, CBr)

— As indústrias de móveis de São Bento do Sul estão operando com 21% da capacidade instalada e o presidente do Sindicato da Indústria Moveleira de São Bento do Sul, Márcio Neumann vai a Bresser pedir ampliação no prazo de financiamento direto ao consumidor de 4 meses para 24 meses. (GM)

— O comércio de madeira, material elétrico e material de construção encerra o semestre com 13 pedidos de concordata preventiva em São Paulo e no Rio de Janeiro. No mesmo período, no ano passado, foram registradas, nestas praças, dois pedidos. Em junho último foram requeridas sete concordatas, enquanto que no mesmo mês de 1986 não foi registrado nenhum pedido. (GM)

— Emissões de ações registradas na Comissão de Valores Mobiliários caem 73% no semestre, se comparadas ao mesmo período de 1986. (GM)

— Presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, prevê que a indústria automobilística fechará o ano com 60 mil unidades a menos do que as 580 mil consumidas no mercado interno em 1981. Gang defende maior abertura ao exterior para aumentar o nível de emprego do setor. (GM)

— Estudo do Departamento Econômico do CNI afirma que a economia brasileira já mostrou claros sinais de recessão e que o Plano Bresser não será suficiente para reverter este quadro. (GM)

— Fiesp divulga pesquisa encomendada à FGV que registra rentabilidade das indústrias em 1986 igual a 12,2%, taxa muito próxima das registradas em 1984 — 10,6% — e, 1985 — 11,1%. (GM)

— Em menos de duas horas três supermercados da periferia de São Paulo foram saqueados por populares, no início da noite de ontem. A Polícia Militar registrou ainda mais duas tentativas de saque, e desta vez frustradas, em dois outros supermercados. (GM)

08/07 — Presidentes da Autolatina e Sindipeças afirmam que as demissões vão continuar caso o Governo não reduza o IPI dos automóveis de 63% para 23%. Este percentual era o aplicado antes do Cruzado II. (JBr)

— Pazzianotto recebe comissão de desempregados metalúrgicos e se diz alarmado com o problema das demissões. (O Globo e Est. de SP)

— André Beer, Presidente da Anfavea responde através de telex, pedido de Pazzianotto para que sejam suspensas as demissões. No telex Beer responsabiliza o Governo pelas demissões, argumentando que, foram do Governo as decisões sobre aumento da carga tributária, empréstimo compulsório sobre veículos, prazos reduzidos de consórcios e financiamentos.

— A construção civil em Brasília demite 7.536 trabalhadores entre novembro do ano passado e junho deste ano, representando uma taxa de

demissões de 16,6% já que a categoria congrega 45 mil trabalhadores no DF. (JBr)

— Presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer afirma ao Ministro da Indústria e do Comércio, Hugo Castelo Branco, que a indústria não deterá as demissões caso não seja reduzido o IPI sobre os automóveis. (CB)

— Empregados da Gascon Equipamentos Industriais, de Sertãozinho. (SP), aceitam redução da jornada de trabalho, com perda de 15% de seus salários, pelo período de sessenta dias, a partir de julho, para evitar demissões. A queda nas vendas da empresa foi de 58 mil OTN em outubro para 12 mil OTN em junho. (GM)

— O setor químico encerra o primeiro semestre com cinco pedidos de concordata preventiva em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo que dois deles foram requeridos em junho. No mesmo período do ano passado foi registrado somente um pedido. (em janeiro); em 85 não há registros e, em 84, foram requeridas três concordatas. (GM)

— As operações bancárias fechadas diretamente com pessoas físicas estão quase paralisadas. (GM)

— Os rendimentos médios das pessoas ocupadas caíram em até 12% em abril, se comparado com o mesmo período do ano passado. Os dados são do IBGE relativos às regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em abril do ano passado este índice apresentou crescimento de até 15%. (GM)

— A Associação Nacional de Pequenas e Médias Empresas comunica que oito empresas associadas. (num total de 400) anunciaram formalmente a concessão de férias coletivas para seus empregados.

— Pazzianotto pede ajuda aos metalúrgicos para estancar as demissões e promete à comissão de desempregados que fez manifestação em Brasília, debater o problema com Sarney. (JB)

— O Presidente Sarney ouve, sem comentários, o relato das dificuldades da indústria automobilística feito pelo Presidente da Autolatina. Para ele, "a recessão atual só é equivalente a de 1981". (F. de SP)

— As indústrias de calçados do Município de Sombrio. (SC), demitem 2.500 trabalhadores. (do total de 4.500) Segundo o prefeito da cidade as demissões geraram graves problemas, como saques e roubos. (CBR)

09/07 — Cartórios de Registros Falências e Concordatas de Minas Gerais registraram durante o primeiro semestre deste ano 87.282 falências de empresas contra 315 casos registrados durante todo o ano passado. (O Globo)

— O consumo de gasolina e álcool cai 21% em todo o País no primeiro semestre do ano, em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados são do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, comparados com os obtidos pelo Conselho Nacional do Petróleo. (JBr)

— Pazzianotto reúne-se com comissão de trabalhadores para discutir as demissões e promete medidas para evitar a situação. Este foi o 3º encontro do Ministro com as lideranças dos trabalhadores em menos de uma semana. (CBR, CB, O Globo e JBr)

— Entre janeiro e maio o mercado de trabalho nordestino perdeu 23.181 vagas. Os dados são do Ministério do Trabalho. (JBr)

— Queda de 30% nas vendas do comércio durante o primeiro semestre do ano provocam 900 mil demissões. Segundo Presidente da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas, Milton Reis, este número representa 15% dos seis milhões de empregos produzidos por 1,5 milhão lojistas em todo o País. (JB e GM)

— Companhia Ferro Brasileiro demite 360 funcionários. O processo assusta o Município de Caeté, região metropolitana de Belo Horizonte, que recorda o mesmo problema, sofrido em 1982. (O Globo)

— O setor da indústria de máquinas encerrou o 1º semestre deste ano com 9.520 demissões, o que equivale a 3,2% do total dos 300 mil trabalhadores do setor. Os dados são do Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas, Luiz Carlos Delben Leite. (O Globo)

— Produção industrial de maio, segundo dados do IBGE, indicam pela primeira vez este ano houve um forte desaquecimento na economia. Comparado ao mesmo mês do ano passado, o crescimento está entre 4 e 5%, índice bem abaixo do registrado em abril, de 8,6%. (GM)

— A receita do Finsocial no primeiro semestre do ano registra queda de 16% em relação ao mesmo período do ano passado, com arrecadação de R\$ 23,5 bilhões. (GM)

— Ordem dos Economistas promove debate e não questionam mais se haverá ou não agravamento da crise recessiva mas sim, a Paulo Sandroni. (PUC/SP) — A recessão se prolongará por 18 meses tanto por "constrangimentos externos como por fatores externos"; Antônio Lanzana. (USP/SP) — Recessão terá prazo curto de duração e o crescimento econômico poderá ser retomado no 1º semestre de 88, alcançando 5% do PIB.

Eduardo Mattoso. (Dieese) — Perdas salariais serão acentuadas após o descongelamento se a inflação for de caráter ascendente.

Marielena Lazzarini. (ex-delegada da Sunab/SP) — Classes de menores rendas deixam de consumir alimentos como o arroz, a batata e a mandioca.

— Produção de aço bruto cai 1,8% no mês de junho, se comparada a do mês do ano passado. (GM)

— Sindimaq registra queda de 60% nas encomendas entre janeiro e maio deste ano. (GM)

10/07 — Receita Federal atende pedidos das administradoras de consórcios e dos revendedores de automóveis e autoriza formação de novos grupos de consórcios com prazos de até 50 meses para caminhões, ônibus e microônibus; 40 meses para automóveis, utilitários e caminhonetes e 25 meses para os demais bens. (CB e GM)

— Francisco Lopes, em boletim da Macrométrica afirma que o PIB deste ano ficará em 3% e não em 5% conforme as estimativas oficiais. (CB)

— A indústria brasileira apresentou queda de 2,3% em relação a abril, segundo o IBGE. (GM e CB)

— A dívida das pequenas e médias empresas junto à rede bancária dobrou do final do ano passado até junho. (O Globo)

— Pazzianotto assina duas portarias na tentativa de dificultar as demissões. A primeira portaria estabelece que, no ato da demissão o empregado tem direito a receber o resíduo integral do último disparo do gatilho e, a segunda, determina que os delegados regionais do trabalho convoquem

os sindicatos patronais e dos trabalhadores quando para negociações, quando souberem de ameaças de demissões. (CB, GM, Est. de SP e O Globo)

— A indústria de biscoitos Mabel Skinny ameaça demitir 2.800 dos seus 4 mil funcionários em todo o País. (O Globo)

**O SR. PRESIDENTE.** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES.** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado Federal homenageou, na sua sessão extraordinária de ontem, a Srª Ruth Passarinho, rendendo-lhe tributo de profunda saudade pelo seu desaparecimento, ocorrido após longa enfermidade, que a prendeu ao leito durante vários meses.

Dama de virtudes excepcionais, projetou-se em Brasília por sua inextinguível dedicação às obras sociais, procurando assistir, com particular desvelo, os menores carentes, através da "Casa do Pequeno Polegar" — entidade a que prestou serviços inestimáveis.

De seu esposo, o notável homem público e líder Jarbas Passarinho, ela recebeu sempre permanente estímulo para executar as suas meritórias tarefas, cuidando de crianças marginalizadas, que se abrigavam naquela modelar instituição.

Tendo tido o privilégio de conviver com a D. Ruth Passarinho, desde 1975, quando exerci o meu primeiro mandato senatorial, pude aferir, desde logo, a nobreza de seus sentimentos e um invulgar dinamismo, atributos que a tornaram credora da admiração, do respeito e do reconhecimento da sociedade brasileira.

Sobre a inolvidável extinta, o jornalista João Emílio Falcão escreveu, na imprensa local, um artigo lapidar, vazado nos seguintes termos:

EXISTIU UMA MULHER INESQUECÍVEL.

"A última vez que encontrei D. Ruth Passarinho foi em sua casa, início de fevereiro, quando convalescia de operação realizada pela equipe Paulo Niemeyer. Estava com a cabeça raspada, um largo corte, porém conservava o mesmo espírito "Estou parecida com a Pilar" — comentou sorrindo.

Era assim. Não me lembro dela contrariada, reclamando. Ao contrário. Estava sempre alegre, quer se encontrasse costurando as roupas das crianças da Casa do Pequeno Polegar, quer nas raras aparições no Ministério quando ia buscar o Ministro Jarbas Passarinho para uma recepção oficial ou sessão de cinema, passatempo predileto do casal.

Minto ao dizer que sempre a vi alegre. Uma manhã, em 72, o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, telefonou-me para que fosse ajudá-la, porque a Casa do Pequeno Polegar, um barracão de madeira, pegava fogo. Foi quando a vi chorar. Recolhia os salvados do incêndio com lágrimas nos olhos. Horas depois, na TV Nacional, era, porém, a mulher indômita, anunciando que reconstruiria o lar dos meninos.

A intenção era recolher crianças até seis anos, filhas de pais tuberculosos, para que não se contaminassem. Lembrava-se da doença de sua infância e não desejava que outras crianças sofressem o mesmo. Hoje, são 80 menores que vivem no Pequeno Polegar, sustentados por contribuições individuais, incluindo alimentos, tratados por ab-



negadas senhoras que organizam bazares para arrecadar recursos.

Acreditava-se no espiritismo, na presença de Deus em todos os seres. Tinha, pois, uma concepção profunda da existência, inundava-se de amor franciscano e vivia e morreu com uma resignação só encontrada na paz dos que confiam na bondade. Nas últimas vezes em que falou aos filhos, repetiu-lhes: "Graças a Deus quem ficou doente fui eu, imaginem se isso ocorresse com um de vocês. Creio que morreria".

A doença manifestou-se em Juiz de Fora, quando sofreu um desmaio. Não sentira nada antes. Pelo menos nada dissera. Os diagnósticos revelaram, desde o primeiro exame, o tumor na cabeça. Começou o último capítulo dessa história de amor que foi o seu casamento de 41 anos — completariam 42 em setembro — com o jovem e pobre tenente Jarbas Passarinho.

Os pais não eram favoráveis. Descendente dos ilustres e bem situados Sodré, era, em 45/46, das mais atraentes moças de Belém do Pará. Não aceitou as restrições, interrompeu seu curso de Direito e casou-se, no Rio, com o apoio de seu tio, Adolpho Sodré.

Retornou ao curso em 63 quando o marido, então major, era perseguido por suas atitudes políticas. Achou que, formada, poderia ajudar a sustentar os filhos se houvesse necessidade. Terminou-o quando Passarinho governava o Pará. Estudou foi uma exigência de seu espírito aberto, curioso, lúcido. Há cinco ou seis anos fez um curso de Arte Moderna na UnB.

A doença a atingiu quando Passarinho hesitava se retornava ou não à política. Incentivou-o, mas percebeu que o marido não se afastava dela. Preocupou-se, então, em fingir que estava bem, procurando ter a mesma vida de antes. O avanço do câncer era, porém, notado por Passarinho, que fingia desconhecer a doença para não traumatizá-la, no entanto, desabafava, discutia a doença com os médicos que sempre a trataram com dedicação. Toda a equipe Paulo Niemeyer recusou-se a receber honorários, uma homenagem que Passarinho jamais esquecerá.

Em outubro, quando o quadro agravou-se, Passarinho largou a campanha e quis desistir da candidatura. "Eu sou a Ruth e ela sou eu", comentou. Nada era mais importante. Dona Ruth não aceitou sua renúncia. O Governador Jader Barbalho telegrafou-lhe dizendo que assumia a candidatura, porque compreendia o que estava passando. Meses antes, quando nem se falava no acordo PDS — PMDB no Pará, o hoje Governador Hélio Gueiros disse-me: "Estou preocupado com essa doença da Ruth. Mesmo com todas as divergências que tivemos com o Passarinho, ela jamais deixou de tratar a todos nós muito bem".

O sonho final de sua vida era fazer com que o marido voltasse à política. Queria vê-lo de novo discursando. Em maio, quando o Congresso homenageou o primeiro-ministro Mário Soares, de Portugal, compareceu inchada, turbante na cabeça, quase sem poder andar, para ouvir Passarinho fazer uma brilhante saudação, ser aplaudido de pé.

Dir-se-á que uma mulher assim não existe. Contudo, existiu e viveu 62 anos e chamava-se Ruth Passarinho."

Srs. Senadores:

Ao transcrever, nos Anais do Senado, o artigo de João Emílio Falcão, presidente do Comitê de

Imprensa desta Casa, desejo homenagear a memória de Ruth Passarinho, levando ao Senador Jarbas Passarinho e à sua digna família o testemunho de meu sincero pesar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, antes, porém, convoco os Srs. Senadores para uma extraordinária a realizar-se segunda-feira, dia 10, às 10 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

### -1-

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 97, de 1987, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 1.205.683.727,82 (um bilhão, duzentos e cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e sete cruzados e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

**PARECER ORAL FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

### -2-

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 98, de 1987, que retifica a Resolução nº 49, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados), tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

### -3-

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 99, de 1987, que retifica a Resolução nº 168, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Piedade, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000 OTN, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

### -4-

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100, de 1987, que retifica a Resolução nº 57, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados), tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

### -5-

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 1987, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando, nos termos regimentais, através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações do Governador do Distrito Federal com relação às suas viagens a outros Estados e ao exterior.

### -6-

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1987, de autoria do Senador Affonso Camargo, alterando dispositivos da Lei

nº 7.419, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale-transporte, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário.

### -7-

Ofício nº S/30, de 1987 (nº 273/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 380, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Inhumas, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados) (dependendo de parecer).

### -8-

Ofício nº S/31, de 1987 (nº 172/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 292, de 1986, que autorizou o Governo do Estado de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 276.906.106,40 (duzentos e setenta e seis milhões, novecentos e seis mil, cento e seis cruzados e quarenta centavos) (dependendo de parecer).

### -9-

Ofício nº S/32, de 1987 (nº 652/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 74, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Itatiba, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 21.000.280,00 (vinte e um milhões e duzentos e oitenta mil cruzados) (dependendo de parecer).

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 12 minutos.)*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 3-8-87, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O segundo Governo Vargas caracterizou-se por uma série de eventos que absolveram aquele estadista; de erros que, porventura, tenha cometido na sua não curta permanência à frente dos destinos do País. E gostaríamos de citar a criação do Banco de Desenvolvimento Econômico — BNDES, mais ainda a da Petrobrás, de que tanto nos orgulhamos, e para nós, nordestinos, com que satisfação proclamamos, a do Banco do Nordeste do Brasil, o BNB.

Durante o recesso de julho, tivemos ensejo de ler nas folhas dos jornais desta terra e, depois, em originais distribuídos, de estudos feitos pelo Banco Central quanto à reformulação necessária, não o negamos, do sistema financeiro nacional, um tópico que, para nós nordestinos, representa um retrocesso e, por que não dizer, sem dar cores mais carregadas à nossa afirmativa, um verdadeiro insulto a uma região tão sofrida quanto aquela. Referimo-nos à restrição que já é feita à ação, hoje, tão profícua, que o Banco do Nordeste exerce em toda a região.

Neste momento, permitimo-nos dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Srs. Senadores, que não falamos apenas em nome do PDS, mas daquela bancada nordestina, em tão boa hora, neste Congresso, unida na defe-

sa dos interesses básicos de toda a área tão castigada. Só na cabeça de quem não conhece o que representa o Banco do Nordeste para todos nós, daquela região, é que pode passar que iríamos assistir, passivamente, que por um úkás governamental, como hoje é tão comum, à base de decretos-leis, sobre o fundamento da necessidade urgente da medida econômica a tomar que, da noite para o dia, tivesse aquele estabelecimento bancário as suas funções castradas, transformado apenas em uma agência de desenvolvimento.

O eminente Senador Mauro Benevides, lá na Constituinte, já deu o grito de alarme, mas nós, aqui na nossa Casa, queremos deixar bem patente, bem registrado, que não passará sem total repulsa, da parte de todos os nordestinos, essa investida que pode atribuir maiores poderes ao Banco do Brasil, não há a menor dúvida, mas representará uma injustiça profundíssima a uma Região tão sofrida.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** Pois não, com prazer.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — V. Ex<sup>a</sup> fala sobre este assunto; o Senador Mauro Benevides já falou na Constituinte e o outro Senador, do Ceará, que é quem aparteia V. Ex<sup>a</sup>, quer igualmente somar suas palavras àquelas que estão sendo proferidas, neste momento, aqui na Tribuna do Senado Federal. É evidente, Senador Virgílio Távora, que o Banco do Nordeste não pode dispensar as suas atividades de casa bancária, não pode dispensar as suas atividades de fomento e as suas atividades assistenciais e, acima de tudo de um Banco que gera equilíbrio, porque não pode o nordestino ficar à mercê da rede bancária comum, sem deixar de contar com o Banco do Nordeste, que tem tido um valor incrível e indiscutível nessas operações de tanta importância para o Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco e todos os Estados contidos nesta região. V. Ex<sup>a</sup>, com rara felicidade, aborda este assunto, aliás, esta é a sua característica, abordar com absoluta presteza, com muito esclarecimento, com muita cultura, com muita propriedade tudo que diz respeito ao Nordeste e notadamente ao Ceará, Estado que V. Ex<sup>a</sup> governou tão bem em duas oportunidades. Eu me associo às suas palavras, fico com elas e gostaria de assinar embaixo do seu discurso desta noite.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho, que tanto tem se distinguido na defesa de nossos interesses, no interesse da terra, no interesse da Região, pelo que acaba de dizer. Mas queria chamar a atenção, agora do Plenário, para esse fato: Srs., a nossa formação é técnica, portanto, apreciamos bastante o trabalho desses homens que dão a sua contribuição à vida pública brasileira.

Mas, como é que técnicos daquele estabelecimento, daquela instituição, que por natureza deviam dar a última palavra sobre qualquer assunto bancário, desconhecendo completamente, mas completamente, a realidade nordestina — e aí vamos dar um acréscimo — e à nortista também, porque aquela restrição que ele faz ao BNB, também o faz ao Basa, da Amazônia.

Como é que uma instituição dessa, sem ouvir as forças vivas da Região, por uma penada — desculpem o termo no "alto dos seus tamanquinhos", decide que esses Órgãos, Órgãos que tanto contribuíram para o desenvolvimento de uma Região, devem ter suas atividades limitadas, única e exclusivamente, a agências de desenvolvimento? Parece até meio anedótico, e mais anedótico ainda que não venham os representantes maiores desse Órgão esclarecer o fato à opinião pública.

Não se há de dizer que isto é apenas um estudo; se é um estudo, foi o mesmo fruto de um trabalho intelectual, de uma convicção, porque eles não são irresponsáveis.

Esta, a constatação que hoje fazemos, em nosso nome, em nome de nosso Partido e, estamos certos, em nome daquela Bancada nordestina que, no Anexo IV da Câmara dos Deputados, se reúne, semanalmente, na defesa dos interesses maiores da Região.

Estas, Sr. Presidente, as palavras que, neste momento, aqui deixamos tradutoras da indignação de que nós, da Região, nos sentimos possuídos, quando vemos, sem uma contestação clara — repetimos — e absolutamente convincente, notícia traduzida não por "diz-se", não por um "pensa-se", mas justamente incorporada num trabalho alentado que diz respeito a toda a formulação financeira do País.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem! Palmas.)

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 182, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item

38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve tomar sem efeito a autorização para a contratação de Ubirajara Vicente da Silva para o emprego de Datilógrafo, Classe "B", Referência NM-21, do Quadro de Pessoal CLT, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, constante do Ato desta Presidência nº 144, de 1987.

Senado Federal, 3 de agosto de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 183, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve autorizar a contratação de Paulo Roberto Faviero, aprovado em concurso público, homologado em 26-2-85 e publicado no D.O., Seção I, de 15-3-85, para o emprego de Datilógrafo, Classe "C", Referência NM-25, do Quadro de Pessoal CLT do Senado Federal, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Senado Federal, 3 de agosto de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 184, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve nomear Jonas Ramos, Técnico em Legislação e Orçamento, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, para exercer o cargo em comissão de Assessor Legislativo, Código SF-DAS-102.3, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 3 de agosto de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.